

Relatório e contas 2009

volume 2

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



→ CONTEÚDO

I Demonstrações financeiras consolidadas

- 6 Demonstração dos resultados consolidados
- 7 Balanço consolidado
- 8 Demonstração das alterações no capital próprio consolidado
- 8 Demonstração do rendimento integral
- 9 Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

12 II.1 Políticas contabilísticas

25 II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

28 II.3 Reporte por segmentos

30 II.4 Notas à demonstração dos resultados consolidados

- 30 **Note 1** Prémios adquiridos líquidos de resseguro
- 31 **Note 2** Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços
- 31 **Note 3** Custos com sinistros, líquidos de resseguro
- 32 **Note 4** Variação da Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas de resseguro
- 33 **Note 5** Custos e gastos de exploração líquidos
- 35 **Note 6** Rendimentos
- 35 **Note 7** Gastos financeiros
- 35 **Note 8** Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
- 36 **Note 9** Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
- 36 **Note 10** Diferenças de câmbio
- 37 **Note 11** Imparidade de outros activos (líquidas de reversões) e variação de outras provisões
- 37 **Note 12** Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro
- 38 **Note 13** Custos e gastos por natureza a imputar
- 39 **II.5 Notas ao balanço consolidado**
- 39 **Note 14** Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem
- 39 **Note 15** Activos financeiros detidos para negociação

- 40 **Note 16** Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
- 40 **Note 17** Activos financeiros disponíveis para venda
- 41 **Note 18** Empréstimos e contas a receber
- 41 **Note 19** Terrenos e edifícios de rendimento
- 42 **Note 20** Outros activos tangíveis
- 42 **Note 21** Goodwill e outros activos intangíveis
- 43 **Note 22** Provisões técnicas, líquidas de resseguro
- 46 **Note 23** Benefícios a empregados
- 50 **Note 24** Outros devedores por operações de seguros e outras operações
- 51 **Note 25** Impostos correntes e Impostos diferidos
- 52 **Note 26** Acréscimos e diferimentos
- 53 **Note 27** Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
- 53 **Note 28** Outros passivos financeiros
- 53 **Note 29** Outros credores por operações de seguros e outras operações
- 54 **Note 30** Acréscimos e diferimentos
- 54 **Note 31** Outras provisões
- 55 **Note 32** Afectação de investimentos e outros activos

56 II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado

- 56 **Note 33** Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor

58 II.7 Informação adicional ao reporte por segmentos

- 58 **Note 34** Conta técnica Não Vida por ramo
- 59 **Note 35** Conta técnica Vida por produto

59 II.8 Outras notas

- 59 **Note 36** Transacções com partes relacionadas
- 60 **Note 37** Activos sob gestão
- 61 **Note 38** Gestão de riscos
- 78 **Note 39** Justo valor
- 78 **Note 40** Passivos contingentes e compromissos
- 79 **Note 41** Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.
- 79 **Note 42** Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

III Relatório e parecer do Conselho Fiscal

IV Relatório do Revisor Oficial de Contas



I Demonstrações Financeiras Consolidadas

I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração dos resultados consolidados [Euros]	Nota	2009				2008			
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	1	1.144.021.231	178.935.779	–	1.322.957.010	981.602.335	130.178.468	–	1.111.780.803
Prêmios brutos emitidos		1.167.721.331	213.500.350	–	1.381.221.681	1.003.164.387	191.733.956	–	1.194.898.343
Prêmios de resseguro cedido		(23.700.100)	(34.985.728)	–	(58.685.828)	(21.562.052)	(60.217.181)	–	(81.779.233)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)		–	1.259.930	–	1.259.930	–	(717.123)	–	(717.123)
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		–	(838.773)	–	(838.773)	–	(621.184)	–	(621.184)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2	59.379.110	–	–	59.379.110	73.106.961	–	–	73.106.961
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3	(475.928.282)	(124.457.569)	–	(600.385.851)	(693.696.004)	(83.122.055)	–	(776.818.059)
Montantes pagos		(468.197.676)	(119.639.763)	–	(587.837.439)	(688.438.818)	(78.751.882)	–	(767.190.700)
Montantes brutos		(482.409.220)	(126.404.272)	–	(608.813.492)	(700.136.970)	(99.606.377)	–	(799.743.347)
Parte dos resseguradores		14.211.544	6.764.509	–	20.976.053	11.698.152	20.854.495	–	32.552.647
Provisão para sinistros (variação)		(7.730.606)	(4.817.806)	–	(12.548.412)	(5.257.186)	(4.370.173)	–	(9.627.359)
Montante Bruto		(8.209.461)	(4.325.040)	–	(12.534.501)	(5.514.040)	(4.801.637)	–	(10.315.677)
Parte dos resseguradores		478.855	(492.766)	–	(13.911)	256.854	431.464	–	688.318
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	–	(663.494)	–	(663.494)	–	112.888	–	112.888
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4	(642.205.016)	–	–	(642.205.016)	(265.568.556)	–	–	(265.568.556)
Montante bruto		(642.366.106)	–	–	(642.366.106)	(265.651.350)	–	–	(265.651.350)
Parte dos resseguradores		161.090	–	–	161.090	82.794	–	–	82.794
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	(45.321.586)	(428.564)	–	(45.750.150)	6.951.775	(240.610)	–	6.711.165
Custos e gastos de exploração líquidos	5	(58.873.096)	(36.009.791)	–	(94.882.887)	(56.152.648)	(23.797.843)	–	(79.950.491)
Custos de aquisição		(49.902.717)	(28.086.362)	–	(77.989.079)	(47.852.593)	(25.545.689)	–	(73.398.282)
Custos de aquisição diferidos (variação)		–	132.717	–	132.717	–	459.189	–	459.189
Gastos administrativos		(16.141.382)	(21.750.685)	–	(37.892.067)	(15.056.457)	(23.520.501)	–	(38.576.958)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		7.171.003	13.694.539	–	20.865.542	6.756.402	24.809.158	–	31.565.560
Rendimentos	6	176.152.429	4.793.710	24.821.380	205.767.519	171.446.453	5.218.131	23.296.996	199.961.580
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		176.266.008	4.793.710	24.466.450	205.526.168	171.326.133	5.218.131	22.695.396	199.239.660
Outros		(113.579)	–	354.930	241.351	120.320	–	601.600	721.920
Gastos financeiros	7	(32.819.049)	(920.525)	(1.719.186)	(35.458.760)	(35.843.564)	(3.336.737)	(2.946.456)	(42.126.757)
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(24.883.252)	(711.452)	(156.864)	(25.751.568)	(22.640.867)	(2.937.158)	(122.495)	(25.700.520)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(7.935.797)	(209.073)	(1.562.322)	(9.707.192)	(13.202.697)	(399.579)	(2.823.961)	(16.426.237)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	(606.631)	25.594	(4.473.017)	(5.054.054)	(151.155.002)	(4.264.815)	647.700	(154.772.117)
De activos disponíveis para venda		(712.360)	25.594	(4.473.017)	(5.159.783)	(150.827.277)	(4.265.656)	647.700	(154.445.233)
De empréstimos e contas a receber		105.729	–	–	105.729	(327.725)	841	–	(326.884)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	9	420.375	(12.161)	1.866.991	2.275.205	6.643.132	99.546	(5.375.119)	1.367.559
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		116.706.689	(12.161)	(2.136)	116.692.392	133.796.869	99.546	(2.708)	133.893.707
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(116.286.314)	–	1.869.127	(114.417.187)	(127.153.737)	–	(5.372.411)	(132.526.148)
Diferenças de câmbio	10	(578.571)	(3.447)	5.409	(576.609)	(725.885)	4.857	12.129	(708.899)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	11	(633.276)	–	(923.827)	(1.557.103)	–	–	1.773.510	1.773.510
De outros		(633.276)	–	(923.827)	(1.557.103)	–	–	1.773.510	1.773.510
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12	(40.061.090)	109.651	–	(39.951.439)	(43.861.134)	45.305	–	(43.815.829)
Outras provisões (variação)	11	–	–	214.588	214.588	–	–	(530.261)	(530.261)
Outros rendimentos/gastos	12	–	–	8.036.605	8.036.605	–	–	9.473.608	9.473.608
Resultado líquido antes de impostos		82.946.548	21.369.183	27.828.943	132.144.674	(7.252.137)	20.897.135	26.352.107	39.997.105
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	25	–	–	(52.517.855)	(52.517.855)	–	–	(20.357.630)	(20.357.630)
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	25	–	–	17.159.353	17.159.353	–	–	8.787.722	8.787.722
Resultado líquido do exercício		82.946.548	21.369.183	(7.529.559)	96.786.172	(7.252.137)	20.897.135	14.782.199	28.427.197

Balanço consolidado (Euros)	Nota	2009	2008
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14	239.238.743	359.796.252
Activos financeiros detidos para negociação	15	165.754.234	73.315.927
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16	5.897.547.280	5.271.845.562
Activos disponíveis para venda	17	5.540.652.344	4.446.002.376
Empréstimos e contas a receber	18	779.587.877	646.359.569
Depósitos junto de empresas cedentes		295	7.120
Outros depósitos		779.587.582	646.352.449
Terrenos e edifícios de rendimento	19	5.832.882	7.437.136
Outros activos tangíveis	20	1.287.316	1.325.337
Inventários		19.950	19.950
Goodwill	21	315.740.469	315.740.469
Outros activos intangíveis	21	270.997.609	310.727.104
Provisões técnicas de resseguro cedido	22	22.024.445	65.393.663
Provisão para prémios não adquiridos		13.498.317	21.163.827
Provisão matemática do ramo vida		680.950	519.860
Provisão para sinistros		7.845.178	43.709.976
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	1.543.016	2.850.652
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	24	48.939.751	82.097.157
Contas a receber por operações de seguro directo		33.001.306	58.865.205
Contas a receber por outras operações de resseguro		6.544.737	12.343.175
Contas a receber por outras operações		9.393.708	10.888.777
Activos por impostos	25	25.410.665	26.511.897
Activos por impostos correntes		24.728.356	24.728.349
Activos por impostos diferidos		682.309	1.783.548
Acréscimos e diferimentos	26	148.029	2.661.212
Total activo		13.314.724.610	11.612.084.263
Provisões técnicas	22	5.159.652.705	4.425.150.930
Provisão para prémios não adquiridos		45.032.823	46.425.470
Provisão matemática do ramo vida		4.884.699.808	4.213.312.427
Provisão para sinistros		128.390.156	114.083.017
De vida		43.135.694	34.879.834
De acidentes de trabalho		17.888.602	16.899.831
De outros ramos		67.365.860	62.303.352
Provisão para participação nos resultados		98.128.116	48.591.708
Provisão para desvios de sinistralidade		727.721	640.854
Provisão para riscos em curso		2.674.081	2.097.454
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	27	6.044.647.299	5.317.041.241
Outros passivos financeiros	28	576.538.419	557.478.703
Depósitos recebidos de resseguradores		18.259.206	61.678.301
Outros		558.279.213	495.800.402
Outros credores por operações de seguros e outras operações	29	123.913.055	103.244.900
Contas a pagar por operações de seguro directo		22.441.114	19.988.504
Contas a pagar por outras operações de resseguro		6.849.832	15.995.272
Contas a pagar por outras operações		94.622.109	67.261.124
Passivos por impostos	25	98.458.787	71.696.461
Passivos por impostos correntes		45.469.423	12.257.997
Passivos por impostos diferidos		52.989.364	59.438.464
Acréscimos e diferimentos	30	19.837.076	11.950.047
Outras Provisões	31	2.666.701	2.402.672
Total passivo		12.025.714.042	10.488.964.954
Capital		1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas de reavaliação		40.965.131	(53.186.214)
Reserva por impostos diferidos e correntes		(10.855.760)	14.190.498
Outras reservas		6.708.628	5.997.679
Resultados transitados		155.404.022	127.687.774
Resultado do exercício		96.786.172	28.427.197
Total capital próprio	33	1.289.010.568	1.123.119.309
Total passivo e capital próprio		13.314.724.610	11.612.084.263
Resultados por accção		0,5	0,1

I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração das alterações no capital próprio consolidado [Euros]

	Capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Saldos 01 de Janeiro de 2008	1.000.002.375	(96.300.676)	25.620.007	(70.680.669)	4.438.878	42.068.011	87.178.564	1.063.007.159
Transferência de resultados	–	–	–	–	1.558.801	85.619.763	(87.178.564)	–
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	–	45.547.389	(12.074.235)	33.473.154	–	–	–	33.473.154
Efeito participação resultados a atribuir ("shadow")	–	(2.432.927)	644.726	(1.788.201)	–	–	–	(1.788.201)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	28.427.197	28.427.197
Saldos 31 de Dezembro de 2008	1.000.002.375	(53.186.214)	14.190.498	(38.995.716)	5.997.679	127.687.774	28.427.197	1.123.119.309
Transferência de resultados	–	–	–	–	710.949	27.716.248	(28.427.197)	–
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	–	133.932.876	(35.588.363)	98.344.513	–	–	–	98.344.513
Efeito participação resultados a atribuir ("shadow")	–	(39.781.531)	10.542.105	(29.239.426)	–	–	–	(29.239.426)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	96.786.172	96.786.172
Saldos 31 de Dezembro de 2009	1.000.002.375	40.965.131	(10.855.760)	30.109.371	6.708.628	155.404.022	96.786.172	1.289.010.568

Demonstração de rendimento integral consolidado [Euros]

	2009	2008
Resultado líquido do exercício	96.786.172	28.427.197
Alterações de justo valor, líquidas de impostos		
Reservas de reavaliação, bruto	133.932.876	45.547.389
Impostos diferidos e correntes	(35.588.363)	(12.074.235)
	98.344.513	33.473.154
Efeito participação resultados a atribuir ("shadow"), bruto	(39.781.531)	(2.432.927)
Impostos diferidos e correntes	10.542.105	644.726
	(29.239.426)	(1.788.201)
Demonstração do rendimento integral do ano	165.891.259	60.112.150

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados [Euros]	2009	2008
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Resultado líquido do exercício	96.786.172	28.427.197
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	42.287.722	47.586.291
Variação nas provisões técnicas	734.501.775	261.678.060
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	727.606.058	(198.636.798)
Variação de provisões	264.029	530.261
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	43.369.218	(149.927)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	1.557.103	(1.773.510)
Variação nos impostos diferidos activos / passivos	27.863.558	(20.404.281)
<i>Variações nos activos e passivos operacionais</i>		
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	(92.438.307)	(71.707.670)
Empréstimos concedidos e contas a receber	(133.228.308)	(503.633.425)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(10.126.064)	(31.607.867)
Outros activos e passivos	11.707.848	(31.142.637)
Outros passivos financeiros	19.059.716	392.229.214
Outros credores por operações de seguros e outras operações	63.668.155	52.513.779
	1.532.878.675	(76.091.313)
<i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i>		
Variações nos activos financeiros ao justo valor através de resultados	(625.701.718)	364.817.995
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda	(1.025.544.881)	(115.666.576)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(2.189.585)	(197.049)
	(1.653.436.184)	248.954.370
<i>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</i>		
Dividendos pagos	–	–
<i>Variação líquida em caixa e equivalentes</i>	<i>(120.557.509)</i>	<i>172.863.057</i>
Caixa e equivalentes no início do período	359.796.252	186.933.195
<i>Caixa e equivalentes no final do período</i>	<i>239.238.743</i>	<i>359.796.252</i>



II Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Fortis' ou 'Grupo'), é uma sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de Setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Fortis (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%).

A Sociedade tem por objectivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em Julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Fortis, a Millenniumbcp Fortis adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em Dezembro de 2004, permitindo a efectivação do contrato. As acções foram legalmente transferidas em Janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e foram preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07") emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007 de 27 de Abril de 2007. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho do dia 19 de Fevereiro de 2010.

Em 2009 o Grupo adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2009. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 42. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente a todas as empresas do Grupo e para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Grupo efectue julgamentos e

estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

b) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. ('Companhia mãe') incluem as contas da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., e das suas subsidiárias ('Grupo').

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados de empresas subsidiárias. Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício concorrem para os resultados consolidados desde a data de aquisição até à data de venda.

Em 31 de Dezembro de 2009 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação eram as seguintes:

Subsidiárias	% de participação	Actividade económica
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	100%	Seguros
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	100%	Seguros de vida
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos Pensões, S.A.	100%	Gestão de fundos de Pensões
Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	100%	Seguros de Saúde

Goodwill

As aquisições de empresas subsidiárias são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos pelo Grupo.

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired - VOBA*) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

associado às apólices adquiridas. O VOBA corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

O *goodwill* positivo é registado no activo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indicam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

c) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor actual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas directamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respectivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pelo Grupo que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pelo Grupo são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos activos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento colectivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço. O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que reflectem o justo valor dos activos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os investimentos *unit linked* dizem respeito a contratos ligados a fundos de investimento colectivo *unit linked* subscritos através de unidades de participação, sendo a totalidade dos rendimentos dos respectivos fundos autónomos atribuíveis ao tomador de seguro. Os investimentos são valorizados ao justo valor através de resultados. Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

d) Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

e) Provisões técnicas

Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pelo Grupo com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais por referência a métodos actuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

A provisão para sinistros não é descontada, excepto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho.

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

Provisão para envelhecimento

A provisão para envelhecimento corresponde ao valor actual dos compromissos futuros do Grupo, decorrentes de contratos de saúde, após dedução do valor actual dos prémios futuros. A provisão é calculada apenas para os contratos com duração superior a um ano e com prémios nivelados.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

Provisão para desvio de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (ver nota 22).

f) Activos financeiros

Classificação

A Millenniumbcp Fortis classifica os seus activos financeiros no início da transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados

no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

- Activos financeiros disponíveis para venda - Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and*

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, “*Loans and Receivables*” ou para activos financeiros detidos até à maturidade (“*Held-to-maturity*”), desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. O Grupo não adoptou esta possibilidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

h) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Acordos de recompra

Os investimentos vendidos com acordo de recompra a um preço previamente definido não são desreconhecidos e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

j) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A Millenniumbcp Fortis aceita e/ou cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor líquido, excepto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

k) Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

l) Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros activos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

m) Activos intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired - VOBA*) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VOBA corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo enquanto estiverem directamente afectos aos projectos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

n) Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os edifícios arrendados.

As propriedades de investimento do Grupo encontram-se valorizadas ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

o) Locações

A Millenniumbcp Fortis classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras – como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

p) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

q) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

r) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

s) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

t) Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (“CCT”).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

As obrigações com pensões de reforma do Grupo estão cobertas por um único fundo de pensões denominado de “Fundo de Pensões do Grupo BCP”, nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores do Grupo, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar).

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Grupo, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do “unwinding” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas actuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições de cada uma das Companhias do Grupo para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em cada data de reporte o Grupo avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

O Grupo assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador no Grupo até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades do Grupo com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivos baseado em acções

À data de 31 de Dezembro de 2009, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

u) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

v) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo encontra-se estruturado de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Seguros de Vida e Pensões
- Seguros Não Vida

No que respeita ao segmento Seguros de Vida e Pensões, a informação encontra-se desagregada pelas seguintes linhas de negócio: i) contratos de seguro: vida tradicional, ii) contratos de investimento (no âmbito do IFRS 4): contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e iii) contratos de investimento (no âmbito do IAS 39): contratos *unit-linked*. O sub-segmento Pensões está relacionado com a gestão de fundos de pensões, não tendo impacto na margem técnica do negócio de seguros do segmento.

O segmento Seguros Não Vida, inclui as seguintes linhas de negócio: Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel e Outras linhas de negócio.

As actividades do Grupo localizam-se apenas em Portugal.

x) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras consolidadas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais, rendas e acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para prémios não adquiridos, (4) provisão para riscos em curso, (5) provisão para envelhecimento, (6) teste de adequação das responsabilidades, (7) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas e (8) provisão para participação nos resultados a atribuir.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. O Grupo regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas do Grupo, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Imparidade dos activos de longo prazo

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos activos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras consolidadas.

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

II.3 Reporte por segmentos

Demonstração dos resultados consolidados [Euros]	2009			2008		
	Vida e Pensões	Não vida	Total	Vida e Pensões	Não vida	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.144.021.231	178.935.779	1.322.957.010	981.602.335	130.178.468	1.111.780.803
Prémios brutos emitidos	1.167.721.331	213.500.350	1.381.221.681	1.003.164.387	191.733.956	1.194.898.343
Prémios de resseguro cedido	(23.700.100)	(34.985.728)	(58.685.828)	(21.562.052)	(60.217.181)	(81.779.233)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	–	1.259.930	1.259.930	–	(717.123)	(717.123)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	–	(838.773)	(838.773)	–	(621.184)	(621.184)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	59.379.110	–	59.379.110	73.106.961	–	73.106.961
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(475.928.283)	(124.457.568)	(600.385.851)	(693.696.004)	(83.122.055)	(776.818.059)
Montantes pagos	(468.197.676)	(119.639.763)	(587.837.439)	(688.438.818)	(78.751.882)	(767.190.700)
Montantes brutos	(482.409.220)	(126.404.272)	(608.813.492)	(700.136.970)	(99.606.377)	(799.743.347)
Parte dos resseguradores	14.211.544	6.764.509	20.976.053	11.698.152	20.854.495	32.552.647
Provisão para sinistros (variação)	(7.730.607)	(4.817.805)	(12.548.412)	(5.257.186)	(4.370.173)	(9.627.359)
Montante bruto	(8.209.461)	(4.325.040)	(12.534.501)	(5.514.040)	(4.801.637)	(10.315.677)
Parte dos resseguradores	478.854	(492.765)	(13.911)	256.854	431.464	688.318
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	–	(663.494)	(663.494)	–	112.888	112.888
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(642.205.016)	–	(642.205.016)	(265.568.556)	–	(265.568.556)
Montante bruto	(642.366.106)	–	(642.366.106)	(265.651.350)	–	(265.651.350)
Parte dos resseguradores	161.090	–	161.090	82.794	–	82.794
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(45.321.586)	(428.564)	(45.750.150)	6.951.775	(240.610)	6.711.165
Custos e gastos de exploração líquidos	(58.873.096)	(36.009.791)	(94.882.887)	(56.152.648)	(23.797.843)	(79.950.491)
Custos de aquisição	(49.902.717)	(28.086.362)	(77.989.079)	(47.852.593)	(25.545.689)	(73.398.282)
Custos de aquisição diferidos (variação)	–	132.717	132.717	–	459.189	459.189
Gastos administrativos	(16.141.382)	(21.750.685)	(37.892.067)	(15.056.457)	(23.520.501)	(38.576.958)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	7.171.003	13.694.539	20.865.542	6.756.402	24.809.158	31.565.560
Rendimentos	199.837.436	5.930.083	205.767.519	191.821.252	8.140.328	199.961.580
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	199.596.085	5.930.083	205.526.168	191.099.332	8.140.328	199.239.660
Outros	241.351	–	241.351	721.920	–	721.920
Gastos financeiros	(34.347.715)	(1.111.045)	(35.458.760)	(38.501.828)	(3.624.929)	(42.126.757)
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(24.887.830)	(863.738)	(25.751.568)	(22.664.187)	(3.036.333)	(25.700.520)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(9.459.885)	(247.307)	(9.707.192)	(15.837.641)	(588.596)	(16.426.237)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(5.556.813)	502.759	(5.054.054)	(149.562.083)	(5.210.034)	(154.772.117)
De activos disponíveis para venda	(5.662.542)	502.759	(5.159.783)	(149.234.358)	(5.210.875)	(154.445.233)
De empréstimos e contas a receber	105.729	–	105.729	(327.725)	841	(326.884)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	2.289.502	(14.297)	2.275.205	1.269.829	97.730	1.367.559
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	116.706.689	(14.297)	116.692.392	133.795.978	97.730	133.893.708
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(114.417.187)	–	(114.417.187)	(132.526.149)	–	(132.526.149)
Diferenças de câmbio	(578.571)	1.962	(576.609)	(729.765)	20.866	(708.899)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(1.317.040)	(240.063)	(1.557.103)	(10.679)	1.784.189	1.773.510
De activos disponíveis para venda	–	–	–	–	–	–
De outros	(1.317.040)	(240.063)	(1.557.103)	(10.679)	1.784.189	1.773.510
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(40.061.093)	109.654	(39.951.439)	(43.861.134)	45.305	(43.815.829)
Outras provisões (variação)	–	214.588	214.588	(776.907)	246.646	(530.261)
Outros rendimentos/gastos	7.910.436	126.169	8.036.605	8.429.419	1.044.189	9.473.608
Resultado líquido antes de impostos	109.248.502	22.896.172	132.144.674	14.321.967	25.675.138	39.997.105
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	(45.941.810)	(6.576.045)	(52.517.855)	(12.815.917)	(7.541.713)	(20.357.630)
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	17.048.655	110.698	17.159.353	9.047.766	(260.044)	8.787.722
Resultado líquido do exercício	80.355.347	16.430.825	96.786.172	10.553.816	17.873.381	28.427.197

Balço consolidado [Euros]	2009				2008		
	Vida e Pensões	Não vida	ICO	Total	Vida e Pensões	Não vida	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	215.933.707	23.305.036	–	239.238.743	339.167.630	20.628.622	359.796.252
Activos financeiros detidos para negociação	165.754.234	–	–	165.754.234	73.297.332	18.595	73.315.927
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5.897.547.280	–	–	5.897.547.280	5.271.845.562	–	5.271.845.562
Activos disponíveis para venda	5.388.317.890	152.334.454	–	5.540.652.344	4.305.348.371	140.654.005	4.446.002.376
Empréstimos e contas a receber	745.633.912	33.953.965	–	779.587.877	571.791.319	74.568.250	646.359.569
Depósitos junto de empresas cedentes	–	295	–	295	–	7.120	7.120
Outros depósitos	745.633.912	33.953.670	–	779.587.582	571.791.319	74.561.130	646.352.449
Terrenos e edifícios de rendimento	5.832.882	–	–	5.832.882	7.437.136	–	7.437.136
Outros activos tangíveis	1.154.896	132.420	–	1.287.316	1.182.310	143.027	1.325.337
Inventários	–	19.950	–	19.950	–	19.950	19.950
Goodwill	247.487.477	68.252.992	–	315.740.469	247.487.477	68.252.992	315.740.469
Outros activos intangíveis	270.921.899	75.710	–	270.997.609	310.597.629	129.475	310.727.104
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.722.885	20.301.560	–	22.024.445	1.082.941	64.310.722	65.393.663
Provisão para prémios não adquiridos	–	13.498.317	–	13.498.317	–	21.163.827	21.163.827
Provisão matemática do ramo vida	680.950	–	–	680.950	519.860	–	519.860
Provisão para sinistros	1.041.935	6.803.243	–	7.845.178	563.081	43.146.895	43.709.976
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	882.746	660.270	–	1.543.016	1.407.673	1.442.979	2.850.652
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	29.470.827	62.468.924	(43.000.000)	48.939.751	58.484.723	23.612.434	82.097.157
Contas a receber por operações de seguro directo	20.901.359	12.099.947	–	33.001.306	47.969.205	10.896.000	58.865.205
Contas a receber por outras operações de resseguro	98.482	6.446.255	–	6.544.737	242.251	12.100.924	12.343.175
Contas a receber por outras operações	8.470.986	43.922.722	(43.000.000)	9.393.708	10.273.267	615.510	10.888.777
Activos por impostos	24.728.349	682.316	–	25.410.665	24.728.349	1.783.548	26.511.897
Activos por impostos correntes	24.728.349	7	–	24.728.356	24.728.349	–	24.728.349
Activos por impostos diferidos	–	682.309	–	682.309	–	1.783.548	1.783.548
Acréscimos e diferimentos	134.563	13.466	–	148.029	2.462.595	198.617	2.661.212
Total activo	12.995.523.547	362.201.063	(43.000.000)	13.314.724.610	11.216.321.047	395.763.216	11.612.084.263
Provisões técnicas	5.025.477.226	134.175.479	–	5.159.652.705	4.296.568.161	128.582.769	4.425.150.930
Provisão para prémios não adquiridos	–	45.032.823	–	45.032.823	–	46.425.470	46.425.470
Provisão matemática do ramo vida	4.884.699.808	–	–	4.884.699.808	4.213.312.427	–	4.213.312.427
Provisão para sinistros	43.135.694	85.254.462	–	128.390.156	34.879.834	79.203.183	114.083.017
De vida	43.135.694	–	–	43.135.694	34.879.834	–	34.879.834
De acidentes de trabalho	–	17.888.602	–	17.888.602	–	16.899.831	16.899.831
De outros ramos	–	67.365.860	–	67.365.860	–	62.303.352	62.303.352
Provisão para participação nos resultados	97.641.724	486.392	–	98.128.116	48.375.900	215.808	48.591.708
Provisão para desvios de sinistralidade	–	727.721	–	727.721	–	640.854	640.854
Provisão para riscos em curso	–	2.674.081	–	2.674.081	–	2.097.454	2.097.454
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	6.044.647.299	–	–	6.044.647.299	5.317.041.241	–	5.317.041.241
Outros passivos financeiros	558.465.643	18.072.776	–	576.538.419	489.293.684	68.185.019	557.478.703
Depósitos recebidos de resseguradores	8.082.733	10.176.473	–	18.259.206	7.274.771	54.403.530	61.678.301
Outros	550.382.910	7.896.303	–	558.279.213	482.018.913	13.781.489	495.800.402
Outros credores por operações de seguros e outras operações	154.889.349	12.023.706	(43.000.000)	123.913.055	82.696.080	20.548.820	103.244.900
Contas a pagar por operações de seguro directo	14.997.947	7.443.167	–	22.441.114	13.423.392	6.565.112	19.988.504
Contas a pagar por outras operações de resseguro	4.027.444	2.822.388	–	6.849.832	4.428.452	11.566.820	15.995.272
Contas a pagar por outras operações	135.863.958	1.758.151	(43.000.000)	94.622.109	64.844.236	2.416.888	67.261.124
Passivos por impostos	94.633.745	3.825.042	–	98.458.787	66.450.553	5.245.908	71.696.461
Passivos por impostos correntes	41.644.381	3.825.042	–	45.469.423	7.012.089	5.245.908	12.257.997
Passivos por impostos diferidos	52.989.364	–	–	52.989.364	59.438.464	–	59.438.464
Acréscimos e diferimentos	15.037.420	4.799.656	–	19.837.076	7.785.091	4.164.956	11.950.047
Outras Provisões	1.725.941	940.760	–	2.666.701	1.938.342	464.330	2.402.672
Total passivo	11.894.876.623	173.837.419	(43.000.000)	12.025.714.042	10.261.773.152	227.191.802	10.488.964.954
Capital	889.997.375	110.005.000	–	1.000.002.375	889.997.375	110.005.000	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	39.835.403	1.129.728	–	40.965.131	(49.742.600)	(3.443.614)	(53.186.214)
Reserva por impostos diferidos e correntes	(10.556.382)	(299.378)	–	(10.855.760)	13.277.940	912.558	14.190.498
Outras reservas	4.749.072	1.959.556	–	6.708.628	4.498.911	1.498.768	5.997.679
Resultados transitados	96.266.109	59.137.913	–	155.404.022	85.962.453	41.725.321	127.687.774
Resultado do exercício	80.355.347	16.430.825	–	96.786.172	10.553.816	17.873.381	28.427.197
Total capital próprio	1.100.646.924	188.363.644	–	1.289.010.568	954.547.895	168.571.414	1.123.119.309
Total passivo e capital próprio	12.995.523.547	362.201.063	(43.000.000)	13.314.724.610	11.216.321.047	395.763.216	11.612.084.263

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

II.4 Notas à demonstração dos resultados consolidados

Nota 1 – Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

[Euros]	2009	2008
Prémios brutos emitidos – Vida	1.167.721.331	1.003.164.387
Prémios brutos emitidos – Não Vida	213.500.350	191.733.956
Prémios brutos emitidos	1.381.221.681	1.194.898.343
Prémios resseguro cedido – Vida	(23.700.100)	(21.562.052)
Prémios resseguro cedido – Não Vida	(34.985.728)	(60.217.181)
Prémios resseguro cedido	(58.685.828)	(81.779.233)
Variação prémios não adquiridos – Não Vida	1.259.930	(717.123)
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido – Não Vida	(838.773)	(621.184)
Variação líquida de prémios não adquiridos – Não Vida	421.157	(1.338.307)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Vida	1.144.021.231	981.602.335
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Não Vida	178.935.779	130.178.468
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	1.322.957.010	1.111.780.803

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como segue:

[Euros]	2009	2008
Contratos de seguro	186.741.317	210.230.540
Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária	980.980.014	792.933.847
Prémios brutos emitidos (IFRS 4)	1.167.721.331	1.003.164.387

[Euros]	2009	2008
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	521.935.688	508.929.688
Relativos a contratos de grupo	645.785.643	494.234.699
	1.167.721.331	1.003.164.387
Periódicos	278.309.226	267.188.709
Não periódicos	889.412.105	735.975.678
	1.167.721.331	1.003.164.387
De contratos sem participação nos resultados	9.235.803	11.691.630
De contratos com participação nos resultados	1.158.485.528	991.472.757
	1.167.721.331	1.003.164.387
Prémios de resseguro aceite	–	–
Resultado resseguro cedido	(1.677.609)	(2.767.850)

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não Vida são analisados como segue:

[Euros]	2009		2008	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	146.006.566	147.469.046	131.598.071	129.636.664
Incêndio e outros danos	38.172.950	37.619.561	35.123.882	34.961.352
Automóvel	22.471.837	22.906.751	19.215.454	20.206.027
Outros	6.848.997	6.764.922	5.796.549	6.212.790
Total	213.500.350	214.760.280	191.733.956	191.016.833

Os prémios de resseguro cedido dos ramos Não Vida são analisados como segue

[Euros]	2009		2008	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	15.177.008	16.363.682	23.744.133	23.232.913
Incêndio e outros danos	15.739.708	15.593.581	13.638.918	13.607.231
Automóvel	312.796	312.796	19.111.488	20.102.061
Outros	3.756.216	3.554.442	3.722.642	3.896.160
Total	34.985.728	35.824.501	60.217.181	60.838.365

Nota 2 – Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 59.379.000 (2008: Euros 73.107.000), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

Nota 3 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros do ramo vida são analisados como segue:

[Euros]	2009			2008		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Sinistros pagos						
Montantes brutos	64.347.261	417.772.086	482.119.347	60.739.125	638.992.988	699.732.113
Parte dos resseguradores	(14.211.544)	–	(14.211.544)	(11.698.152)	–	(11.698.152)
	50.135.717	417.772.086	467.907.803	49.040.973	638.992.988	688.033.961
Variação da provisão para sinistros						
Montantes brutos	10.877.736	(2.668.275)	8.209.461	6.870.563	(1.356.523)	5.514.040
Parte dos resseguradores	(478.855)	–	(478.855)	(256.854)	–	(256.854)
	10.398.881	(2.668.275)	7.730.606	6.613.709	(1.356.523)	5.257.186
Total antes custos imputados	60.534.598	415.103.811	475.638.409	55.654.682	637.636.465	693.291.147
Custos com Sinistros (imputados)			289.873			404.857
Total			475.928.282			693.696.004

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os custos com sinistros do ramo não vida são analisados como segue:

[Euros]	2009				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	89.463.162	10.954.010	13.464.327	3.404.289	117.285.788
Parte dos resseguradores	(2.227.694)	(3.778.185)	–	(758.630)	(6.764.509)
	87.235.468	7.175.825	13.464.327	2.645.659	110.521.279
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	4.055.761	729.407	1.305.657	(1.765.785)	4.325.040
Parte dos resseguradores	719.364	(284.421)	(61.744)	119.567	492.766
	4.775.125	444.986	1.243.913	(1.646.218)	4.817.806
Total antes custos imputados	92.010.593	7.620.811	14.708.240	999.441	115.339.085
Custos com Sinistros (imputados)	5.443.339	537.657	3.052.779	84.708	9.118.484
Total	97.453.932	8.158.468	17.761.019	1.084.149	124.457.569

[Euros]	2008				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	73.427.295	9.027.280	11.810.359	(823.434)	93.441.500
Parte dos resseguradores	(4.990.157)	(3.070.582)	(11.810.359)	(983.397)	(20.854.495)
	68.437.138	5.956.698	–	(1.806.831)	72.587.005
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	3.395.511	1.169.660	(2.191.421)	2.427.887	4.801.637
Parte dos resseguradores	(2.055.911)	(379.120)	2.014.373	(10.806)	(431.464)
	1.339.600	790.540	(177.048)	2.417.081	4.370.173
Total antes custos imputados	69.776.738	6.747.238	(177.048)	610.250	76.957.178
Custos com Sinistros (imputados)	4.616.838	770.089	391.949	386.000	6.164.877
Total	74.393.576	7.517.327	214.901	996.250	83.122.055

Nota 4 – Variação da Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A variação da provisão matemática e outras provisões técnicas do ramo vida são analisadas como segue:

[Euros]	2009		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
Variação da provisão matemática	154.193	642.211.913	642.366.106
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(161.090)	–	(161.090)
	(6.897)	642.211.913	642.205.016
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	6.368.356	38.953.230	45.321.586
Total	6.361.459	681.165.143	687.526.602

[Euros]	2008		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Varição da provisão matemática, líquida de resseguro			
Varição da provisão matemática	32.081.489	233.569.861	265.651.350
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(82.794)	–	(82.794)
	31.998.695	233.569.861	265.568.556
Varição da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	4.001.466	(10.953.241)	(6.951.775)
Total	36.000.161	222.616.620	258.616.781

A variação das outras provisões técnicas do ramo não vida é analisada como segue:

[Euros]	2009				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Varição da provisão para desvios de sinistralidade	–	71.199	–	15.668	86.867
Varição da provisão para riscos em curso	738.601	86.744	42.368	(291.086)	576.627
	738.601	157.943	42.368	(275.418)	663.494
Varição da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	428.564	–	–	–	428.564
Total	1.167.165	157.943	42.368	(275.418)	1.092.058

[Euros]	2008				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Varição da provisão para desvios de sinistralidade	–	7.101	–	–	7.101
Varição da provisão para riscos em curso	(35.246)	(448.093)	240.863	122.487	(119.989)
	(35.246)	(440.992)	240.863	122.487	(112.888)
Varição da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	240.610	–	–	–	240.610
Total	205.364	(440.992)	240.863	122.487	127.722

Nota 5 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo vida são analisados como segue:

[Euros]	2009			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição – comissões	16.813.446	15.072.779	14.863.403	46.749.628
Custos de aquisição alocados	1.782.071	1.133.773	237.245	3.153.089
Custos administrativos – comissões	12.718	–	–	12.718
Custos administrativos alocados	7.820.260	6.671.622	1.636.782	16.128.664
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(7.171.003)	–	–	(7.171.003)
Total	19.257.492	22.878.174	16.737.430	58.873.096

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

[Euros]	2008			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição – comissões	16.665.399	11.349.800	15.344.818	43.360.017
Custos de aquisição alocados	2.434.303	1.785.920	272.353	4.492.576
Custos administrativos – comissões	11.512	–	–	11.512
Custos administrativos alocados	7.172.765	6.305.846	1.566.334	15.044.945
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(6.756.402)	–	–	(6.756.402)
Total	19.527.577	19.441.566	17.183.505	56.152.648

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo não vida são analisados como segue:

[Euros]	2009				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição – comissões	12.157.615	3.351.839	2.245.534	551.697	18.306.685
Custos de aquisição alocados	7.173.899	1.107.060	1.137.270	361.448	9.779.677
Variação dos custos de aquisição diferidos	112.250	(40.204)	(203.675)	(1.088)	(132.717)
Custos administrativos – comissões	380.278	4.000	2.574	2.523	389.375
Custos administrativos alocados	15.583.288	3.218.717	2.066.321	492.984	21.361.310
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(7.259.510)	(6.248.001)	(76)	(186.952)	(13.694.539)
Total	28.147.820	1.393.411	5.247.948	1.220.612	36.009.791

[Euros]	2008				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição – comissões	11.120.478	2.927.441	1.776.709	404.131	16.228.759
Custos de aquisição alocados	6.964.580	1.362.597	707.624	282.129	9.316.930
Variação dos custos de aquisição diferidos	(320.169)	(59.150)	67.208	(147.078)	(459.189)
Custos administrativos – comissões	305.750	1.613	153	1.158	308.674
Custos administrativos alocados	15.210.508	4.474.809	2.767.712	758.798	23.211.827
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(11.025.958)	(5.472.025)	(7.722.749)	(588.426)	(24.809.158)
Total	22.255.189	3.235.285	(2.403.343)	710.712	23.797.843

A rubrica custos de aquisição – comissões inclui um montante de Euros 59.567.000 (2008: Euros 55.578.000) relacionados com as comissões pagas ao Grupo Banco Comercial Português, S.A, de acordo com os termos do contrato de distribuição com a Millenniumbcp Fortis.

Nota 6 – Rendimentos

Os juros, os dividendos e outros rendimentos similares são analisados como se segue:

[Euros]	2009	2008
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	189.070.360	164.183.092
Rendimentos de depósitos bancários	16.455.808	35.056.568
	205.526.168	199.239.660
Rendimentos de propriedades de investimento	241.351	721.920
Total	205.767.519	199.961.580

Nota 7 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas inclui um montante de Euros 25.752.000 (2008: Euros 25.701.000) relativos a custos operacionais imputados à gestão de investimentos.

Os gastos financeiros de juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondem ao custo dos juros relativos ao contrato de recompra (REPO) de obrigações com o Banco Comercial Português, S.A, feito em 2009 e 2008, no montante de Euros 9.707.000 e Euros 16.426.000 respectivamente (ver nota 36).

Nota 8 – Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

[Euros]	2009			2008		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	22.982.611	(5.071.944)	17.910.667	9.832.813	(2.429.337)	7.403.476
Obrigações de outros emissores	10.013.151	(22.991.887)	(12.978.736)	788.169	(3.877.453)	(3.089.284)
Acções	5.328.428	(15.420.142)	(10.091.714)	14.821.577	(173.581.003)	(158.759.425)
De investimentos disponíveis para venda	38.324.190	(43.483.973)	(5.159.783)	25.442.559	(179.887.792)	(154.445.233)
De empréstimos concedidos e contas a receber	105.729	–	105.729	842	(327.725)	(326.884)
Total	38.429.919	(43.483.973)	(5.054.054)	25.443.401	(180.215.517)	(154.772.117)

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 9 – Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

[Euros]	2009			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	97.616.115	(24.553.657)	43.629.934	116.692.392
De activos financeiros ao justo valor através de resultados	589.634.939	(141.271.384)	(562.780.741)	(114.417.187)
Total	687.251.054	(165.825.041)	(519.150.807)	2.275.205

[Euros]	2008			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	208.132.287	(25.931.907)	(48.306.672)	133.893.708
De activos financeiros ao justo valor através de resultados	32.310.216	(665.956.566)	501.120.201	(132.526.148)
Total	240.442.503	(691.888.473)	452.813.529	1.367.559

Os Outros ganhos / (perdas) líquidos incluem os rendimentos dos investimentos, bem como os ganhos e perdas de passivos financeiros (decorrentes dos contratos de unit linked).

Nota 10 – Diferenças de câmbio

Os ganhos/(perdas) cambiais são analisados como segue:

[Euros]	2009	2008
De investimentos disponíveis para venda	(394.314)	1.498.043
De investimentos detidos para negociação	72	–
De activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	(2.000.000)
De empréstimos concedidos e contas a receber	(182.367)	(206.942)
Total	(576.609)	(708.899)

Nota 11 – Imparidade de outros activos (líquida de reversões) e variação de outras provisões

A imparidade de outros activos (líquida de reversões) e a variação de outras provisões são analisadas como segue:

[Euros]	2009	2008
De propriedades de investimento	1.273.633	–
De devedores por operações de seguro directo e de resseguro	293.488	(1.628.225)
De outros devedores	(10.018)	(145.285)
Total imparidade	1.557.103	(1.773.510)
Outras provisões (variação)	(214.588)	530.261
Total	1.342.515	(1.243.249)

Nota 12 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos/gastos técnicos incluem um montante de Euros 41.635.000 (2008: Euros 46.804.000) relativos à amortização do VOBA – valor do negócio adquirido (ver nota 21).

Os outros rendimentos/gastos não técnicos incluem um montante de Euros 11.667.000 (2008: Euros 11.834.000) relativos a comissões de gestão de fundos de pensões da Pensõesger, S.G.F.P., S.A.

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 13 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

[Euros]	2009	2008
Gastos com pessoal		
Remunerações – órgãos sociais	1.561.003	1.411.463
Remunerações – pessoal	18.402.494	17.209.682
Encargos sobre remunerações	3.280.648	3.213.999
Benefícios pós emprego – planos benefícios definidos	1.422.456	1.477.841
Seguros obrigatórios	793.617	783.485
Gastos de acção social	111.152	71.486
Outros gastos	85.958	358.505
	25.657.328	24.526.461
Fornecimentos e serviços externos	34.341.152	33.245.831
Depreciações de activos tangíveis e imóveis		
Propriedades de investimento	330.621	322.476
Equipamento de transporte e outro equipamento	25.206	33.765
Equipamento informático	102.042	80.419
	457.869	436.660
Amortizações dos activos intangíveis		
Software	193.487	373.594
Valor do negócio adquirido (VOBA)	41.635.344	46.803.994
Outros activos intangíveis	1.022	2.043
	41.829.853	47.179.631
Outros	31.469.833	32.130.316
Total	133.756.035	137.518.899

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem um montante de Euros 2.565.000 (2008: 3.398.000) relativos a Impostos e taxas, um montante de Euros 1.747.000 (2008: Euros 4.509.000) de Juros suportados, um montante de Euros 26.736.000 (2008: Euros 24.223.000) relativos a Comissões e outros gastos decorrente da utilização de serviços bancários e Euros 421.000 relativos a variação de outras provisões.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

[Euros]	2009	2008
Custos com sinistros	9.408.357	6.569.734
Custos de exploração		
Custos de aquisição	12.932.766	13.809.506
Custos administrativos	37.489.974	38.256.771
Custos com investimentos		
Alocados à Conta Técnica	25.594.704	25.578.025
Alocados à Conta Não Técnica	156.864	122.495
Outros custos não alocados	48.173.370	53.182.368
Total	133.756.035	137.518.899

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de colaboradores do Grupo ascendia a 458 e 454 dos quais 450 e 438 a tempo inteiro respectivamente.

II.5 Notas ao balanço consolidado

Nota 14 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2009	2008
Caixa	4	61
Depósitos bancários	239.238.739	359.796.191
Total	239.238.743	359.796.252

Nota 15 – Activos financeiros detidos para negociação

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2009		2008	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Swaps taxa juro	160.374.071	5.026.387.211	64.984.254	4.880.648.299
Contratos Forward	5.264.192	50.000.000	8.319.140	65.169.661
Opções	103.173	7.975.000	293	950.000
FRA	12.798	41.500.000	12.240	41.500.000
Total	165.754.234	5.125.862.211	73.315.927	4.988.267.960
Dos quais:				
Nível 1	–	–	–	–
Nível 2	165.754.234	5.125.862.211	73.315.927	4.988.267.960
Nível 3	–	–	–	–
	165.754.234	5.125.862.211	73.315.927	4.988.267.960

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1: valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;
- Nível 2: valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;
- Nível 3: valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 16 – Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2009			2008		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Dívida pública	73.114.710	(30.924.532)	42.190.178	3.309.869	152.315	3.462.184
Obrigações de outros emissores	5.295.206.830	463.987.842	5.759.194.672	5.812.687.573	(614.684.173)	5.198.003.400
Acções	80.862.185	15.300.245	96.162.430	89.434.533	(19.054.555)	70.379.978
Total	5.449.183.725	448.363.555	5.897.547.280	5.905.431.975	(633.586.413)	5.271.845.562
Dos quais:						
Nível 1			2.460.335.054			3.037.857.503
Nível 2			3.437.212.226			2.233.988.059
Nível 3			–			–
			5.897.547.280			5.271.845.562

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;
- Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;
- Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Activos financeiros cotados são mensurados com cotações de mercado, preços fornecidos de ‘providers’ e admitidos à cotação em mercados.

Nota 17 – Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2009			2008		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Obrigações de outros emissores	2.562.568.260	30.464.877	2.593.033.137	2.360.088.772	39.296.460	2.399.385.232
Acções	2.481.692.679	44.282.920	2.525.975.599	1.636.296.890	(84.828.059)	1.551.468.831
Juros a receber	313.031.502	8.431.792	321.463.294	422.837.221	(5.221.688)	417.615.533
Total	100.180.314	–	100.180.314	77.532.780	–	77.532.780
Total	5.457.472.755	83.179.589	5.540.652.344	4.496.755.663	(50.753.287)	4.446.002.376
Dos quais:						
Nível 1			5.188.096.561			4.254.256.733
Nível 2			352.555.783			191.745.643
Nível 3			–			–
			5.540.652.344			4.446.002.376

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial como activos disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;
- Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;
- Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Activos financeiros cotados são mensurados com cotações de mercado, preços fornecidos de ‘providers’ e admitidos à cotação em mercados.

Divulgações adicionais relativas aos investimentos são prestadas na nota 38 – Gestão de riscos.

Nota 18 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

Nota 19 – Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2009	2008
Valor de Aquisição	11.116.580	11.116.580
Amortizações acumuladas	(1.742.701)	(1.412.080)
Imparidade	(3.540.997)	(2.267.364)
Saldo no final do ano	5.832.882	7.437.136
Justo valor	6.562.000	7.437.136

A vida útil estimada das propriedades de investimento, é analisada como segue:

Vida útil estimada	
Edifícios	25 anos
Componentes	10 anos

Em 31 de Dezembro de 2009 foi efectuada uma avaliação do imóvel, levada a cabo por uma entidade especializada e independente. Uma perda por imparidade de Euros 1.274.000 foi reconhecida, uma vez que o justo valor do imóvel (valor recuperável) indicado era inferior ao seu valor líquido de balanço.

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 20 – Outros activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2009	2008
Equipamento		
Equipamento informático	1.030.296	947.388
Equipamento administrativo	1.111.132	1.106.926
Outro equipamento	1.726.196	1.724.050
	3.867.624	3.778.364
Amortizações acumuladas	(2.580.308)	(2.453.027)
Saldo líquido	1.287.316	1.325.337

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

[Euros]	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	947.388	1.106.926	1.724.050	3.778.364
Aquisições	82.908	4.206	2.146	89.260
Transferências	–	–	–	–
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.030.296	1.111.132	1.726.196	3.867.624
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	771.133	1.092.427	589.467	2.453.027
Amortizações do exercício	102.041	4.997	20.210	127.248
Transferências	33	4.388	(4.388)	33
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	873.207	1.101.812	605.289	2.580.308
Saldo líquido 31 de Dezembro 2008	176.255	14.499	1.134.583	1.325.337
Saldo líquido 31 de Dezembro 2009	157.089	9.320	1.120.907	1.287.316

Nota 21 – Goodwil e Outros activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	Goodwill	VOBA	Outros intangíveis	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	315.740.469	527.989.676	4.089.648	847.819.793
Aquisições	–	–	2.109.828	2.109.828
Transferências	–	–	(9.503)	(9.503)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	315.740.469	527.989.676	6.189.973	849.920.118
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	–	(217.891.878)	(3.460.342)	(221.352.220)
Amortizações do exercício	–	(41.635.344)	(194.509)	(41.829.853)
Transferências	–	–	33	33
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	–	(259.527.222)	(3.654.818)	(263.182.040)
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2008	315.740.469	310.097.798	629.306	626.467.573
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2009	315.740.469	268.462.454	2.535.155	586.738.078

O *goodwill* está relacionado com a aquisição da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., e foi distribuído como segue na data de aquisição:

[Euros]	
Segmento Vida e Pensões	
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	233.127.409
Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	14.360.068
	247.487.477
Segmento Não Vida	
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	64.074.457
Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	4.178.535
	68.252.992
	315.740.469

Como referido nas políticas contabilísticas, o Grupo efectuou uma revisão ao valor recuperável do *goodwill* e do VOBA – *value of bussiness acquired*, tendo concluído pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas. O teste de imparidade foi efectuado com base no orçamento a 5 anos de cada uma das unidades de negócio aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo. O valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 11,4% (2008: 12%).

O saldo remanescente do valor do negócio adquirido (VOBA) será amortizado como segue:

[Euros]	2010	2011	2012	2013	2014	Após
VOBA – Amortização estimada	29.699.749	28.245.997	24.373.851	22.445.973	21.245.973	142.450.911

Nota 22 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta conta para o ramo vida é analisado como segue:

[Euros]		2009		
		Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Valor bruto				
Provisão matemática do ramo Vida		203.866.903	4.680.832.905	4.884.699.808
Provisão para sinistros do ramo vida		34.615.995	8.519.699	43.135.694
Provisão para participação nos resultados		3.833.129	93.808.595	97.641.724
Atribuída		2.384.852	45.986.860	48.371.712
A atribuir		1.448.277	47.821.735	49.270.012
Total bruto		242.316.027	4.783.161.199	5.025.477.226
Resseguro cedido				
Provisão matemática do ramo Vida		680.950	–	680.950
Provisão para sinistros do ramo vida		1.041.935	–	1.041.935
Total resseguro		1.722.885	–	1.722.885
Saldo líquido		240.593.142	4.783.161.199	5.023.754.341

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

[Euros]	2008		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Valor bruto			
Provisão matemática do ramo Vida	203.969.902	4.009.342.525	4.213.312.427
Provisão para sinistros do ramo vida	23.684.341	11.195.493	34.879.834
Provisão para participação nos resultados	2.938.535	45.437.365	48.375.900
Atribuída	2.693.577	29.761.264	32.454.841
A atribuir	244.958	15.676.101	15.921.059
Total bruto	230.592.778	4.065.975.383	4.296.568.161
Resseguro cedido			
Provisão matemática do ramo Vida	519.860	–	519.860
Provisão para sinistros do ramo vida	563.081	–	563.081
Total resseguro	1.082.941	–	1.082.941
Saldo líquido	229.509.837	4.065.975.383	4.295.485.220

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

Em 31 de Dezembro de 2009 foi registada uma responsabilidade adicional no montante de Euros 802.000, resultante do teste da adequação das responsabilidades. O teste foi efectuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 38).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta conta para o ramo não vida é analisado como segue:

[Euros]	2009				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Valor bruto					
Provisão para prémios não adquiridos	32.322.188	5.414.399	4.830.644	2.465.592	45.032.823
Provisão para sinistros	48.245.841	8.288.784	24.225.822	4.494.015	85.254.462
Provisão para participação nos resultados	486.392	–	–	–	486.392
Provisão para desvios de sinistralidade	–	663.595	–	64.126	727.721
Provisão para riscos em curso	1.896.383	266.214	460.016	51.468	2.674.081
Total bruto	82.950.804	14.632.992	29.516.482	7.075.201	134.175.479
Resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	10.878.023	1.141.966	–	1.478.328	13.498.317
Provisão para sinistros	3.317.609	1.683.074	1.146.371	656.189	6.803.243
Total resseguro	14.195.632	2.825.040	1.146.371	2.134.517	20.301.560
Saldo líquido	68.755.172	11.807.952	28.370.111	4.940.684	113.873.919

[Euros]	2008				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Valor bruto					
Provisão para prémios não adquiridos	33.672.417	4.901.214	5.469.231	2.382.608	46.425.470
Provisão para sinistros	44.239.895	7.559.593	22.957.930	4.445.765	79.203.183
Provisão para participação nos resultados	215.808	–	–	–	215.808
Provisão para desvios de sinistralidade	–	592.396	–	48.458	640.854
Provisão para riscos em curso	1.157.782	179.470	417.648	342.554	2.097.454
Total bruto	79.285.902	13.232.673	28.844.809	7.219.385	128.582.769
Resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	12.414.069	995.839	6.086.561	1.667.358	21.163.827
Provisão para sinistros	19.549.835	1.398.653	21.315.007	883.400	43.146.895
Total resseguro	31.963.904	2.394.492	27.401.568	2.550.758	64.310.722
Saldo líquido	47.321.998	10.838.181	1.443.241	4.668.627	64.272.047

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de trabalho está incluído o montante de Euros 11.898.000 (2008: Euros 11.708.000) referente à provisão matemática de Acidentes de trabalho.

Como resultado da alteração da política de provisionamento do ramo de Acidentes de trabalho, com o objectivo de alinhar com a política de provisionamento das rendas do ramo vida, a provisão para sinistros foi reforçada no montante de Euros 1.134.000 (em 2008: Euros 1.158.000), tendo sido registado na sequência do resultado do teste da adequação das responsabilidades.

A provisão para sinistros vida e não vida, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 31.644.000 (2008: Euros 25.862.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e ainda não reportados (IBNR).

A provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 2.039.000 (2008: Euros 2.512.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

[Euros]	2009	2008
Provisão para prémios não adquiridos	50.809.671	52.069.601
Custos de aquisição diferidos	(5.776.848)	(5.644.131)
Saldo líquido	45.032.823	46.425.470

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

[Euros]	2009	2008
Custos de aquisição diferidos em 1 de Janeiro	5.644.131	5.184.942
Custos de aquisição do ano	5.776.848	5.644.131
Amortização dos custos de aquisição	(5.644.131)	(5.184.942)
Custos de aquisição diferidos 31 de Dezembro	5.776.848	5.644.131

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

[Euros]	2009			2008		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Saldo em 1 de Janeiro	48.375.900	215.808	48.591.708	96.157.414	106.227	96.263.641
Montantes pagos	(36.123.330)	(157.980)	(36.281.310)	(42.976.629)	(131.029)	(43.107.658)
Estimativa de montantes a atribuir	45.321.586	428.564	45.750.150	(6.951.775)	240.610	(6.711.165)
'Shadow accounting'	40.067.568	–	40.067.568	2.146.890	–	2.146.890
Total	97.641.724	486.392	98.128.116	48.375.900	215.808	48.591.708

A provisão para participação nos resultados inclui o ajustamento relativo ao *shadow adjustment*, o qual corresponde a uma estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos activos afectos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas no momento em que as mesmas se tornem efectivas, de acordo com os respectivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 31 de Dezembro de 2009 o montante do *shadow adjustment* era de Euros 42.214.000 (em 2008: Euros 2.433.000, dos quais Euros 286.000 foram incluídos na provisão matemática como parte do teste de adequação de responsabilidades).

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável. Para alguns casos, foi atribuída uma participação nos resultados superior à participação legalmente exigida, por decisão da Gestão.

Os montantes de participação nos resultados atribuídos e a atribuir são analisados como se segue:

[Euros]	2009	2008
Participação nos resultados a atribuir, 1 Janeiro	15.921.059	57.833.988
Libertação, de acordo com plano participação	(6.718.615)	(43.376.230)
Atribuída durante o ano	40.067.568	1.463.301
Total, 31 Dezembro	49.270.012	15.921.059
Participação nos resultados, 1 Janeiro	32.454.841	38.323.426
Participação nos resultados distribuída no ano	(36.123.329)	(42.976.629)
Participação nos resultados atribuída – contratual	40.959.159	7.832.977
Participação nos resultados atribuída – comercial	7.966.656	10.891.204
Participação nos resultados atribuída – decisão de gestão	3.114.385	18.383.863
Participação nos resultados, 31 Dezembro	48.371.712	32.454.841

Nota 23 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios pós emprego

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros ("CCT"). Adicionalmente o Grupo assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia.

A avaliação actuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios do Grupo é efectuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

[Euros]	2009	2008
Número de participantes		
Activos	405	400
Reformados e Pensionistas	24	23
	429	423

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

[Euros]	2009	2008
Taxa de desconto	5,25%	5,75%
Taxa de crescimento salarial	2,75%	3,25%
Taxa de rendimento esperada do fundo	5,50%	5,81%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	2,25%
Tábua de mortalidade:		
Homens	TV73/77 – 1 ano	TV73/77 – 1 ano
Mulheres	TV88/90 – 2 anos	TV88/90 – 2 anos
Método actuarial	Project Unit Credit	Project Unit Credit

As responsabilidades com benefícios a empregados e o justo valor dos activos do plano nos exercícios de 2009 e 2008, são como segue:

[Euros]	2009			2008		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades por benefícios	(19.353.688)	(2.933.695)	(22.287.383)	(20.026.116)	(3.184.397)	(23.210.513)
Justo valor dos activos do fundo	20.854.497	–	20.854.497	20.218.077	–	20.218.077
Valor líquido	1.500.809	(2.933.695)	(1.432.886)	191.961	(3.184.397)	(2.992.436)
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidos	3.156.155	(180.253)	2.975.902	5.491.248	351.840	5.843.088
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	4.656.964	(3.113.948)	1.543.016	5.683.209	(2.832.557)	2.850.652

No seguimento de deliberação da Comissão Executiva, datada de 23 de Novembro de 2006, os empregados admitidos até 22 de Setembro de 2006 mantêm, nos termos do Plano Complementar, os benefícios estabelecidos dentro do plano (de benefício definido), estabelecido no termos do Contrato colectivo nº72 – fundo pensões ‘Horizonte Valorização’.

Anualmente, o Grupo procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação actuarial efectuada em cada ano.

Adicionalmente, o Grupo transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 9 (2008: 9), e o valor total da responsabilidade ascende a Euros 2.130.000 (2008: Euros 2.202.000), o qual está incluído na valor das provisões matemáticas do ramo Vida.

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O acréscimo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é analisado como segue:

[Euros]	2009			2008		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	20.026.116	3.184.397	23.210.513	17.158.821	2.248.963	19.407.784
Custo do serviço corrente	944.439	120.512	1.064.951	867.206	126.253	993.459
Custo dos juros	1.138.395	179.847	1.318.242	908.208	119.546	1.027.754
Pagamentos efectuados pelo fundo ou pelo Grupo	(543.630)	(30.154)	(573.784)	(442.215)	(42.017)	(484.232)
(Ganhos)/ perdas actuariais	(1.785.156)	(520.907)	(2.306.063)	905.252	650.469	1.555.721
Programas de reformas antecipadas	–	–	–	482.762	81.183	563.945
Transferências entre fundos	(426.476)	–	(426.476)	146.082	–	146.082
Responsabilidades em 31 de Dezembro	19.353.688	2.933.695	22.287.383	20.026.116	3.184.397	23.210.513

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, são como segue:

[Euros]	2009			2008		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Custo do serviço corrente	944.439	120.512	1.064.951	867.206	126.253	993.459
Custo dos juros	1.138.395	179.847	1.318.242	908.208	119.546	1.027.754
Rendimento esperado do fundo	(1.145.395)	–	(1.145.395)	(1.118.018)	–	(1.118.018)
Amortização dos ganhos / (perdas) actuariais não reconhecidos	173.472	11.186	184.658	21.911	(11.207)	10.704
Programas de reformas antecipadas	–	–	–	482.762	81.183	563.945
Custo do exercício	1.110.911	311.545	1.422.456	1.162.069	315.775	1.477.844

A variação do fundo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é analisada como segue:

[Euros]	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	20.218.077	17.950.264
Contribuições do Grupo	84.666	5.430.709
Pagamentos efectuados pelo fundo	(543.630)	(442.215)
Retorno esperado do fundo	1.145.395	1.118.018
Ganhos/(Perdas) Actuariais do fundo	376.465	(3.984.781)
Transferências entre fundos	(426.476)	146.082
Saldo em 31 de Dezembro	20.854.497	20.218.077

Os ganhos e perdas actuariais em 2009 e 2008, são analisadas como segue:

[Euros]	2009			2008		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
(Ganhos)/ perdas actuariais no início do exercício	5.491.248	351.840	5.843.088	623.126	(309.836)	313.290
(Ganhos)/ perdas actuariais nas responsabilidades	(1.785.156)	(520.907)	(2.306.063)	905.252	650.469	1.555.721
Ganhos/(perdas) actuariais do fundo	(376.465)	–	(376.465)	3.984.781	–	3.984.781
Amortização dos ganhos/(perdas) actuariais não reconhecidos	(173.472)	(11.186)	(184.658)	(21.911)	11.207	(10.704)
(Ganhos)/ perdas actuariais no final do exercício	3.156.155	(180.253)	2.975.902	5.491.248	351.840	5.843.088

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os ganhos actuariais resultantes de alterações dos pressupostos actuariais foram de Euros 578.000 e Euros 1.002.000 respectivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efectuadas pelas Companhias do Grupo ascenderam a Euros 85.000 (2008: Euros 5.431.000), as quais foram na sua totalidade efectuadas em dinheiro.

Os Activos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

[Euros]	2009			2008		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas balanço 1 Janeiro	5.683.209	(2.832.557)	2.850.652	1.414.569	(2.558.799)	(1.144.230)
Custo normal do ano	(1.110.911)	(311.545)	(1.422.456)	(1.162.069)	(315.775)	(1.477.844)
Contribuições dos empregados e outras contribuições	84.666	30.154	114.820	5.430.709	42.017	5.472.726
Activos/(responsabilidades) líquidas balanço 31 Dezembro	4.656.964	(3.113.948)	1.543.016	5.683.209	(2.832.557)	2.850.652

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos activos do fundo são analisadas como segue:

[Euros]	2009	2008	2007	2006	2005
Responsabilidades por benefícios	(22.287.383)	(23.210.513)	(19.407.784)	(15.565.226)	(15.508.050)
Justo valor dos activos do fundo	20.854.497	20.218.077	17.950.264	14.645.067	13.341.742
Valor líquido	(1.432.886)	(2.992.436)	(1.457.520)	(920.159)	(2.166.308)
Ganhos e (perdas) actuariais não reconhecidos	2.975.902	5.843.088	313.290	(1.184.759)	791.953
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	1.543.016	2.850.652	(1.144.230)	(2.104.918)	(1.374.355)

Os activos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

[Euros]	2009	2008
Titulos de rendimento variável	1.247.262.000	2.011.543.000
Titulos de rendimento fixo	2.841.297.000	2.133.380.000
Terrenos e edifícios	383.431.000	385.214.000
Outros	1.101.582.000	833.316.000
	5.573.572.000	5.363.453.000

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões BCP, do qual a Millenniumbcp Fortis representa apenas cerca de 0,37% (2008: 0,38%) do total do fundo.

Os títulos emitidos pelo Grupo Banco Comercial Português, S.A. contabilizados na carteira de investimentos do Fundo, são analisados como segue:

	2009	2008
Titulos de rendimento variável	39.362.000	61.901.000
Titulos de rendimento fixo	352.171.000	366.785.000
	391.533.000	428.686.000

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os imóveis registado nas demonstrações financeiras do fundo e utilizados pelo Grupo ascendem a Euros 31.457.000.

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os custos com os benefícios de saúde tem um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,50% para 7,5%). O impacto é analisado como segue:

[Euros]	2009	2008
Impacto no custo com pensões	19.191	20.086
Impacto nas responsabilidades	398.709	373.133

Nota 24 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2009	2008
Tomadores de seguros	35.820.291	61.473.099
Mediadores de seguros	529.281	484.780
Resseguradores	8.031.820	13.792.021
	44.381.392	75.749.900
Imparidade	(4.835.349)	(4.541.521)
Total	39.546.043	71.208.379
Outros devedores	9.417.643	10.923.070
Imparidade	(23.935)	(34.292)
Total Outros devedores	9.393.708	10.888.778
Total	48.939.751	82.097.157

Na rubrica Devedores por operações de seguro directo - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 28.401.000 (2008: Euros 55.835.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euros 7.805.000 (2008: Euros 6.699.000) dizem respeito a contratos de seguro com prémios em atraso, estando o risco de não cobrança destes valores coberto pelo reconhecimento de uma perda por imparidade.

Na rubrica Outros devedores encontra-se ainda registado o montante de Euros 5.700.000 (2008: Euro 3.882.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre o Grupo Banco Comercial Português e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul.

Em Outros devedores em 2008 está ainda incluído o montante de Euros 8.031.000 relativos a investimentos vendidos nos últimos dias do ano e cujo recebimento só ocorreu no início de 2009. Em 2009, esse valor é zero.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

[Euros]	2009		2008	
	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros
Saldo no início do ano	4.541.521	34.292	6.169.746	179.577
Reversões	–	(10.017)	(1.628.225)	(145.285)
Dotação do exercício	293.488	–	–	–
Transferências e outros movimentos	340	(340)	–	–
Saldo no final do ano	4.835.349	23.935	4.541.521	34.292

Nota 25 – Impostos correntes e Impostos diferidos

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2009 e 2008 foi apurado pelo Grupo com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 26,5%, a qual corresponde à taxa nominal aprovada à data de balanço.

As declarações de autoliquidação das subsidiárias do Grupo ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração das subsidiárias do Grupo que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos e taxas activos e passivos são analisados como se segue:

[Euros]	2009	2008
Activos por impostos correntes	24.728.356	24.728.349
Imposto sobre rendimento	–	–
Outros impostos e taxas	24.728.356	24.728.349
Activos por impostos diferidos	682.309	1.783.548
Activos por impostos	25.410.665	26.511.897
Passivos por impostos correntes	45.469.423	12.257.997
Imposto sobre rendimento	38.978.170	4.262.299
Outros impostos e taxas	6.491.253	7.995.698
Passivos por impostos diferidos	52.989.364	59.438.464
Passivos por impostos	98.458.787	71.696.461

O valor em dívida ao sector público estatal, inclui fundamentalmente os impostos correntes a pagar ao Estado e Instituto de Seguros de Portugal, inerentes à actividade Seguradora, nomeadamente impostos sobre Apólices, FAT, Serviço Nacional de Bombeiros e Instituto Nacional de Emergência Médica.

À data de 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Estado e outros entes públicos inclui o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP - Prestação de Serviços, A.C.E. e a Pensões-gere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 podem ser analisados como segue:

[Euros]	Activos		Passivos		Líquido	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Propriedades de investimento	46.252	–	–	(577.247)	46.252	(577.247)
Activos intangíveis	–	–	(71.142.550)	(82.175.916)	(71.142.550)	(82.175.916)
Activos financeiros	11.819.268	16.459.064	–	–	11.819.268	16.459.064
Passivos por contratos de seguro e de investimento	5.185.480	7.187.756	–	–	5.185.480	7.187.756
Provisões	986.867	816.545	–	–	986.867	816.545
Outros	797.628	634.882	–	–	797.628	634.882
Impostos diferidos activos/ (passivos)	18.835.495	25.098.247	(71.142.550)	(82.753.163)	(52.307.055)	(57.654.916)
Líquido de activos/ passivos	(18.153.186)	(23.314.699)	18.153.186	23.314.699	–	–
Impostos diferidos activos/ (passivos)	682.309	1.783.548	(52.989.364)	(59.438.464)	(52.307.055)	(57.654.916)

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O movimento do imposto diferido de balanço em 2009 e 2008, foi reconhecido como segue:

[Euros]	2009		2008	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor
Propriedades de investimento	623.499	–	–	–
Activos intangíveis	11.033.366	–	12.403.059	–
Activos financeiros	7.171.696	(11.811.492)	(1.080.317)	187.050
Passivos por contratos de seguro e de investimento	(2.002.276)	–	(2.722.327)	–
Provisões	170.322	–	(89.452)	–
Outros	162.746	–	276.759	–
Impostos diferidos activos/ (passivos)	17.159.353	(11.811.492)	8.787.722	187.050

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2009 e 2008 é analisado como segue:

[Euros]	2009	2008
Imposto corrente	(52.517.855)	(20.357.630)
Imposto diferido	17.159.353	8.787.722
Total do imposto reconhecido em resultados	(35.358.502)	(11.569.908)

O imposto sobre o rendimento reconhecido na reserva de justo valor (capital próprio) em 2009 e 2008 é analisado como segue:

[Euros]	2009	2008
Imposto corrente	(24.851.327)	(11.616.560)
Imposto diferido	13.995.566	25.807.058
Total do imposto reconhecido na reserva de justo valor	(10.855.760)	14.190.498

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

[Euros]	2009	2008
Resultado antes de impostos	132.144.674	39.997.105
Taxa de imposto	26.5%	26.5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	35.018.339	10.599.233
Dividendos excluídos de tributação	–	(110.824)
Tributação autónoma	107.106	110.789
Outras diferenças permanentes	233.057	970.710
	35.358.502	11.569.908

Nota 26 – Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Acréscimos e diferimentos inclui um montante de Euros 60.000 (2008: Euros 2.213.000) relativos a comissões de gestão cobradas pela Pensõesger pela gestão dos diversos fundos de pensões.

Nota 27 – Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

Esta rubrica no montante de Euros 6.044.647.000 (2008: Euros 5.317.041.000) é relativa aos passivos financeiros relacionados com os contratos de investimento de unit linked. Estes passivos compreendem também o justo valor das garantias ou opções incorporadas nesses contratos.

Nota 28 – Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2009	2008
Depósitos recebidos de resseguradores	18.259.206	61.678.301
Outros passivos financeiros	558.279.213	495.800.402
Total	576.538.419	557.478.703

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Os Outros passivos inclui o valor das responsabilidades inerentes ao contrato de recompra (REPO) de investimentos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A. Os activos incluídos no termo do acordo, não foram desreconhecidos nas Demonstrações financeiras da Millenniumbcp Fortis, uma vez que não houve transferência de riscos e benefícios inerentes à posse desses investimentos (ver nota 36).

Nota 29 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2009	2008
Tomadores de seguros e intermediários	22.441.114	19.988.504
Resseguradores	6.849.832	15.995.272
Credores por operações seguro e resseguro	29.290.946	35.983.776
Outros credores	94.622.109	67.261.124
Total	123.913.055	103.244.900

À data de 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP - Prestação de Serviços, A.C.E. e a Pensões-Gere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Em 2009, o saldo da rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 56.349.000 (2008: Euros 33.657.000) relativo a investimentos adquiridos nos últimos dias do ano e que serão pagos no início de 2010.

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em 2009, o valor de comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A no montante de Euros 18.213.000 (2008: Euro 16.004.000) estão incluídas na conta de Tomadores de seguros e intermediários.

Nota 30 – Acréscimos e diferimentos

Em 2009, os acréscimos de custos incluem um montante de Euros 5.372.000 (2008: Euro 5.545.000) relativo a *fees* de gestão dos *unit linked* a pagar ao gestor de activos do Grupo.

Adicionalmente, em 2009 inclui também o montante de Euros 6.220.000 relativos ao *Fee* de sucesso a ser pago pelo Grupo ao gestor de activos, calculado em função da performance obtida. Em 2008, dadas as condições de mercado de capitais, não houve lugar a este tipo de comissões.

A estimativa do valor actual das contribuições futuras do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), conforme referido nas políticas contabilísticas (FAT) no valor de Euros 865.000 (2008: Euros 876.000), está também incluído nos Acréscimos de custos.

Nota 31 – Outras Provisões

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2009	2008
Provisão para impostos	93.437	–
Outras provisões	2.573.264	2.402.672
Total	2.666.701	2.402.672

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

[Euros]	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	2.402.672	1.872.411
Dotação do exercício	(214.588)	530.261
Custos e gastos por natureza a imputar – outras provisões	421.172	–
Outros movimentos	57.445	–
Saldo em 31 de Dezembro	2.666.701	2.402.672

Nota 32 – Afectação de investimentos e outros activos

Em 31 de Dezembro de 2009, a afectação dos investimentos e outros activos à cobertura das provisões técnicas é analisada como se segue:

[Euros]	2009				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Contratos investimento – Unit Linked	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e equivalentes	196.116.582	28.506.059	20.506.062	(5.889.960)	239.238.743
Terrenos e edifícios	–	–	–	5.832.882	5.832.882
Activos financeiros detidos para negociação	103.173	165.651.061	–	–	165.754.234
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	12.356.353	5.870.632.934	–	14.557.993	5.897.547.280
Investimentos disponíveis para venda	5.131.488.694	–	136.974.891	272.188.759	5.540.652.344
Empréstimos concedidos e contas a receber	452.420.585	(28.188.001)	27.922.712	327.432.581	779.587.877
Outros activos tangíveis	230.036	–	26.484	1.030.796	1.287.316
Outros activos/passivos financeiros	(487.813.469)	–	(4.456.044)	(62.569.442)	(554.838.955)
Total	5.304.901.954	6.036.602.053	180.974.105	552.583.609	12.075.061.721
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento ao justo valor através de resultados	5.025.477.226	6.044.647.299	134.175.479	–	11.204.300.004
Excesso / (insuficiência)	279.424.728	(8.045.246)	46.798.626	552.583.609	870.761.717

Em 31 de Dezembro de 2008, a afectação dos investimentos e outros activos à cobertura das provisões técnicas é analisada como se segue:

[Euros]	2008				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Contratos investimento – Unit Linked	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e equivalentes	275.701.837	34.800.510	20.156.370	29.137.535	359.796.252
Terrenos e edifícios	7.437.136	–	–	–	7.437.136
Activos financeiros detidos para negociação	1.479.024	71.818.308	15.817	2.778	73.315.927
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	22.696.235	5.235.206.181	–	13.943.146	5.271.845.562
Investimentos disponíveis para venda	4.026.746.416	–	126.108.801	293.147.159	4.446.002.376
Empréstimos concedidos e contas a receber	473.846.239	1.364.298	29.184.537	141.964.495	646.359.569
Outros activos tangíveis	315.827	–	38.618	970.892	1.325.337
Outros activos/passivos financeiros	(396.513.294)	(27.941.093)	(7.285.742)	(88.153.224)	(519.893.354)
Total	4.411.709.420	5.315.248.204	168.218.401	391.012.780	10.286.188.805
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento ao justo valor através de resultados	4.296.568.161	5.317.041.241	128.582.769	–	9.742.192.171
Excesso / (insuficiência)	115.141.259	(1.793.037)	39.635.632	391.012.780	543.996.634

Em 2008, a diferença existente nos contratos *Unit Linked*, refere-se basicamente a resgates emitidos cuja liquidação está em curso.

O Outros activos / passivos financeiros incluem os valores referentes ao acordo de venda e recompra (REPO) de activos de rendimento fixo celebrado com o Banco Comercial Português, S. A.

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado

Nota 33 – Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor

Capital

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o capital social da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., encontra-se representado 200.000.475 acções com o valor nominal de Euros 5 cada.

Os accionistas do Grupo são apresentados como segue:

	% Capital social
Fortis Insurance, B.V.	51
Banco Comercial Português, S.A. *	49
	100

* Em 2008, através da Seguros e Pensões Gere, S.G.P.S., S.A., entidade detida a 100% pelo Banco Comercial Português, S.A. Em 28 de Dezembro de 2009, essas acções foram vendidas ao BCP Investment B.V.

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Millenniumbcp Fortis tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do valor do Capital social.

Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota II.1.

A movimentação ocorrida na reserva de justo valor, antes de impostos, durante o ano de 2009 e 2008 foi como segue:

[Euros]	2009	2008
Saldos em 1 de Janeiro	(50.753.287)	(96.300.676)
Ajustamentos no justo valor	133.272.992	195.248.160
Imparidade	–	–
Vendas	659.884	(149.700.771)
Saldos em 31 de Dezembro	83.179.589	(50.753.287)

A reserva de justo valor é analisada como se segue:

[Euros]	2009	2008
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	5.457.472.755	4.496.755.663
Imparidade	–	–
Custo amortizado investimentos disponíveis para venda líquido imparidade	5.457.472.755	4.496.755.663
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	5.540.652.344	4.446.002.376
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	83.179.589	(50.753.287)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos correntes e diferidos	(22.042.591)	13.545.772
Reserva de reavaliação antes de “shadow”, líquida de impostos	61.136.998	(37.207.515)
Participação resultados a atribuir (“shadow”), líquida impostos	(31.027.627)	(1.788.201)
Reserva de reavaliação, líquida de impostos	30.109.371	(38.995.716)

O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2009 é analisado como se segue:

[Euros]	Capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	1.000.002.375	-	-	-	-	-	-	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	-	83.179.589	(22.042.591)	61.136.998	-	-	-	61.136.998
Participação resultados a atribuir ("shadow")	-	(42.214.458)	11.186.831	(31.027.627)	-	-	-	(31.027.627)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	96.786.172	96.786.172
Resultados transitados	-	-	-	-	-	155.404.022	-	155.404.022
Reserva legal	-	-	-	-	6.708.628	-	-	6.708.628
Saldos 31 de Dezembro 2009	1.000.002.375	40.965.131	(10.855.760)	30.109.371	6.708.628	155.404.022	96.786.172	1.289.010.568

O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2008 é analisado como se segue:

[Euros]	Capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	1.000.002.375	-	-	-	-	-	-	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	-	(50.753.287)	13.545.772	(37.207.515)	-	-	-	(37.207.515)
Participação resultados a atribuir ("shadow")	-	(2.432.927)	644.726	(1.788.201)	-	-	-	(1.788.201)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	28.427.197	28.427.197
Resultados transitados	-	-	-	-	-	127.687.774	-	127.687.774
Reserva legal	-	-	-	-	5.997.679	-	-	5.997.679
Saldos 31 de Dezembro 2008	1.000.002.375	(53.186.214)	14.190.498	(38.995.716)	5.997.679	127.687.774	28.427.197	1.123.119.309

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

II.7 Informação adicional ao reporte por segmentos

Nota 34 – Conta técnica Não Vida por ramo

[Euros]	2009					2008				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	131.105.364	22.025.980	22.593.955	3.210.480	178.935.779	106.403.751	21.354.121	103.966	2.316.630	130.178.468
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(97.453.932)	(8.158.470)	(17.761.019)	(1.084.148)	(124.457.569)	(74.393.576)	(7.517.327)	(214.901)	(996.251)	(83.122.055)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(738.601)	(157.943)	(42.368)	275.418	(663.494)	35.246	440.992	(240.863)	(122.487)	112.888
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(428.564)	–	–	–	(428.564)	(240.610)	–	–	–	(240.610)
Custos e gastos de exploração líquidos	(28.147.820)	(1.393.411)	(5.247.948)	(1.220.612)	(36.009.791)	(22.255.189)	(3.235.285)	2.403.343	(710.712)	(23.797.843)
Rendimentos	3.561.255	330.728	736.392	165.335	4.793.710	3.649.884	392.313	952.288	223.646	5.218.131
Gastos financeiros	(634.948)	(81.546)	(171.571)	(32.460)	(920.525)	(1.595.757)	(129.392)	(1.571.607)	(39.981)	(3.336.737)
Ganhos líquidos de activos financeiros	(15.498)	6.124	17.344	2.016	9.986	(2.899.430)	(321.895)	(752.597)	(186.490)	(4.160.412)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	109.651	–	–	–	109.651	44.444	–	861	–	45.305
Margem técnica	7.356.907	12.571.462	124.785	1.316.029	21.369.183	8.748.763	10.983.527	680.490	484.355	20.897.135
Proveito dos investimentos					1.096.119					2.729.877
Mais/(menos) valias realizadas					482.459					(927.722)
Despesas gerais					(161.151)					(108.500)
Outros proveitos/(custos) não técnicos					109.563					3.084.348
Resultado não técnico					1.526.989					4.778.003
Resultado antes de impostos					22.896.172					25.675.138
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisões – Valor bruto	82.950.804	14.632.992	29.516.482	7.075.201	134.175.479	79.285.902	13.232.673	28.844.809	7.219.385	128.582.769
Parte dos resseguradores	14.195.632	2.825.040	1.146.371	2.134.517	20.301.560	31.963.904	2.394.492	27.401.568	2.550.757	64.310.722

Nota 35 – Conta técnica do ramo Vida por produto

[Euros]	2009				2008			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	163.041.217	980.980.014	–	1.144.021.231	188.668.488	792.933.847	–	981.602.335
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	–	–	59.379.110	59.379.110	–	–	73.106.961	73.106.961
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(60.725.482)	(415.202.800)	–	(475.928.282)	(55.899.152)	(637.752.464)	(44.388)	(693.696.004)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	6.897	(642.211.913)	–	(642.205.016)	(31.998.695)	(233.569.861)	–	(265.568.556)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(6.368.356)	(38.953.230)	–	(45.321.586)	(4.001.466)	10.953.241	–	6.951.775
Custos e gastos de exploração líquidos	(19.257.492)	(22.878.174)	(16.737.430)	(58.873.096)	(19.527.577)	(19.441.566)	(17.183.505)	(56.152.648)
Rendimentos	11.097.823	165.054.606	–	176.152.429	11.767.955	159.678.498	–	171.446.453
Gastos financeiros	(1.068.434)	(19.207.762)	(12.542.853)	(32.819.049)	(1.004.052)	(18.166.383)	(16.673.129)	(35.843.564)
Ganhos líquidos de activos financeiros	230.424	(2.788.505)	1.159.978	(1.398.103)	(10.131.282)	(136.273.752)	1.167.279	(145.237.755)
Amortização do valor do negócio adquirido (VOBA)	(26.476.209)	(7.308.509)	(7.850.626)	(41.635.344)	(28.019.409)	(8.536.078)	(10.248.507)	(46.803.994)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	79.039	1.542.745	(47.530)	1.574.254	167.004	1.577.887	1.197.969	2.942.860
Margem técnica	60.559.427	(973.528)	23.360.649	82.946.548	50.021.814	(88.596.631)	31.322.680	(7.252.137)
Proveito dos investimentos				22.784.054				12.366.629
Mais/(menos) valias realizadas				(4.344.550)				1.588.961
Despesas gerais				(6.533.739)				(6.392.367)
Outros proveitos/(custos) não técnicos				14.396.189				14.010.881
Resultado não técnico				26.301.954				21.574.104
Resultado antes de impostos				109.248.502				14.321.967

II.8 Outras notas*Nota 36 – Transacções com partes relacionadas*

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas e as remunerações do Conselho de Administração, são analisados como segue:

[Euros]	2009	2008
Remunerações	1.561.003	1.411.463
Contribuições para o fundo de pensões	115.153	104.574
	1.676.156	1.516.037

As transacções com o Grupo Banco Comercial Português SA, são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., pela distribuição dos produtos do Grupo e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E., por serviços partilhados.

As transacções com a F&C, estão relacionadas com comissões a pagar à F&C relativas à gestão da carteira de títulos do Grupo.

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A análise das transacções com partes relacionadas, é analisada como segue:

Balanço [Euros]	Grupo BCP	Grupo Fortis	Fundo Pensões	F&C	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	239.238.743	–	–	–	239.238.743
Empréstimos concedidos e contas receber	779.587.582	–	–	–	779.587.582
Activos financeiros disponíveis para venda	446.365.575	–	–	–	446.365.575
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.575.610.504	73.006.034	–	–	3.648.616.539
Outros activos	–	–	1.543.016	–	1.543.016
Total do activo	5.040.802.404	73.006.034	1.543.016	–	5.115.351.454
Provisões técnicas	119.370.953	89.041	–	–	119.459.994
Outros passivos financeiros	558.279.213	–	–	–	558.279.213
Outros passivos	18.249.766	–	–	13.544.748	31.794.514
Total do passivo	695.899.932	89.041	–	13.544.748	709.533.721
Líquido Activo / (Passivo) 2009	4.344.902.472	72.916.993	1.543.016	(13.544.748)	4.405.817.733
Líquido Activo / (Passivo) 2008	3.125.708.384	41.610.462	2.850.654	(5.544.597)	3.164.624.904

Demonstração de resultados [Euros]	Grupo BCP	Grupo Fortis	Fundo Pensões	F&C	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	13.186.355	–	20.689.405	–	33.875.760
Dividendos e juros a receber	121.173.693	–	–	–	121.173.693
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(10.535.877)	–	–	–	(10.535.877)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	173.130.709	37.457.549	–	–	210.588.258
Total de proveitos	296.954.880	37.457.549	20.689.405	–	355.101.834
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(4.886.489)	(51.541)	(8.669.013)	–	(13.607.043)
Custos de aquisição	(59.567.151)	–	–	–	(59.567.151)
Gastos gerais e administrativos	(19.412.168)	–	2.642.332	(23.197.733)	(39.967.569)
Total de custos	(83.865.808)	(51.541)	(6.026.681)	(23.197.733)	(113.141.763)
Líquido Proveitos / (Custos) 2009	213.089.072	37.406.008	14.662.724	(23.197.733)	241.960.071
Líquido Proveitos / (Custos) 2008	(144.688.010)	(4.210.098)	(1.477.841)	(24.181.970)	(174.557.919)

Em 2009, a Millenniumbcp Fortis fez um acordo de venda e recompra (REPO) de títulos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A, no montante de Euros 558.279.000 (2008: Euros 495.883.000). Os activos vendidos e recomprados nos termos do acordo não foram desreconhecidos pela Millenniumbcp Fortis, uma vez que não houve transferência de riscos e benefícios inerentes à posse desses títulos.

Nota 37 – Activos sob gestão

A Pensõesger é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões. Os activos sob gestão são analisados por tipo de investimento da seguinte forma:

[Euros]	2009	2008
Títulos de rendimento fixo	3.753.670.116	3.682.321.559
Títulos de rendimento variável	2.789.310.491	2.651.126.135
Propriedades de investimento	549.661.291	564.760.246
Total	7.092.641.898	6.898.207.940

As variações ocorridas durante o exercício nos fundos sob gestão, são analisadas, como segue:

[Euros]	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	6.898.207.940	7.428.056.596
Contribuições líquidas	(328.972.010)	455.105.146
Mais/ (menos) valias realizadas	605.809.263	(976.587.394)
Transferências	(82.403.295)	(8.366.408)
Saldo em 31 de Dezembro	7.092.641.898	6.898.207.940

Nota 38 – Gestão de riscos

Uma gestão de risco saudável é um dos pilares de suporte a uma estratégia de crescimento rentável e sustentável, e consequentemente uma competência nuclear na Millenniumbcf Fortis. Como parte da sua governação, a Millenniumbcf Fortis adoptou uma estrutura organizacional de gestão de riscos baseada na estrutura em vigor no Grupo Fortis. O objectivo primordial é o desenvolvimento e implementação de uma estrutura de gestão de riscos que permita assegurar e atingir o equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, dos accionistas, dos reguladores, das agências de avaliação de rating e das restantes partes interessadas. A estrutura da gestão de riscos está inerente a todos os níveis dentro da Millenniumbcf Fortis.

Taxonomia de riscos:

Em linha com as políticas e princípios de gestão dos riscos do Grupo Fortis, a Millenniumbcf Fortis centralizou as várias funções relacionadas com a gestão dos riscos, através de reporte directo ao Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO), o qual é também responsável pelo risco (CRO). Na mesma altura, o Grupo adoptou a taxonomia standard da Fortis na gestão dos principais riscos:

Risco operacional	Risco de investimento	Risco específico de seguros
Risco evento	Risco de crédito	Risco específico do ramo vida
Risco negócio	Risco de mercado	Risco específico do ramo não vida
	Risco de liquidez	

a) Risco operacional

Qualquer instituição, incluindo as instituições financeiras, estão sujeitas a Risco Operacional consequência, da incerteza inerente ao negócio, e do processo de tomada de decisão. Para efeitos de reporte e monitorização, o Risco Operacional pode ser dividido em duas categorias, risco de Evento e risco de Negócio.

O risco de evento compreende o risco de perdas resultantes da inexistência ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou devido a eventos externos. Esta definição de risco de evento inclui o risco legal e de compliance, excluindo o risco estratégico e reputacional.

O risco de negócio é o risco de “estar no negócio” e compreende o risco da perda devido a mudanças no ambiente estrutural e/ou competitivo. Tem uma natureza essencialmente externo podendo, mesmo assim, ser mitigado por boas práticas de gestão.

A função de gestão do risco operacional da Millenniumbcf Fortis, integrada no departamento de Gestão de Risco, continua a implementar as melhores práticas de gestão do risco Operacional mediante a introdução dos princípios e metodologias em vigor no Grupo

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Fortis. Em particular, a implementação de uma estrutura de gestão de risco operacional e gestão de controlo, cobrindo todos os níveis do risco operacional. A estrutura de risco operacional e gestão de controlo (ORMC) inclui políticas para o controlo do risco operacional, para a identificação, avaliação, mensuração e reporte destes riscos e para a sua mitigação.

POLÍTICA DE RISCO OPERACIONAL (EVENTO)				
Risco Operacional – identificação, avaliação, mensuração/modelação, análise, reporte, monitorização				
QUADRO DE INTEGRAÇÃO DE RISCO OPERACIONAL				
Dados de Perdas <ul style="list-style-type: none"> Recolha de Dados de perdas Benchmarking Interno vs externo 	Modelo <ul style="list-style-type: none"> RO VaR Capital Económico Capital Regulatório 	Auto-avaliações de Risco <ul style="list-style-type: none"> Avaliação de exposição a Risco Operacional Análise de cenários Identificar riscos e accionar acções 	Indicadores Chave de Risco (KPI) <ul style="list-style-type: none"> Definir KRI para diferentes áreas Monitorar KRI e Acções de mitigação 	Avaliação Continuidade Negócio <ul style="list-style-type: none"> Avaliação dos PCN Análises de impacto Definir Limites
Linha de Produto/Processo de Linha de Negócio/Entidade Legal				

GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL (EVENTO) POR PROCESSO/LINHA NEGÓCIO			
Mitigação de Risco (prevenção, redução/transferência, controlo)			
Plano de continuidade de Negócio (PCN)	Implementação de Controlos de Gestão	Management Control Statements	Transferência de Risco (Resseguro, etc...)

A implementação desta estrutura contribui para o aumento da consciência relativamente ao risco operacional, assim como a eficiência da sua monitorização, mensuração e necessidades de capital. Para que esta abordagem tenha sucesso, será necessário implementar uma gestão de risco transversal à organização e definir uma política de mitigação apropriada, tendo em consideração o processo de negócio inerente à Millenniumbcp Fortis.

Para a efectiva e eficiente identificação e gestão dos riscos operacionais, a Millenniumbcp Fortis já implementou algumas ferramentas e técnicas:

- As Avaliações de Risco são efectuadas periodicamente no negócio e suportam funções que asseguram uma visão desenvolvida do perfil de risco operacional. Isto consiste numa avaliação de risco ascendente com o objectivo da identificação e avaliação do risco operacional no contexto organizacional e de processo;
- O Plano de Continuidade de Negócio é um processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para uma organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efectiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus stakeholders, marca e valor criando actividades;
- **Segurança de Informação** que define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as directivas de informação de segurança aplicadas através da Millenniumbcp Fortis;
- **Declaração de Controlo de Gestão**: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano.

b) Risco de investimento

O Risco de Investimento, é composto por três riscos: crédito, mercado e liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito deve ser entendido como o risco decorrente da incapacidade de um emissor cumprir os termos contratados ou de alguma forma falhar esses termos.

No contexto da Millenniumbcp Fortis, este risco é essencialmente relevante nas suas carteiras de investimentos financeiros, através da sua exposição a obrigações, em que estamos investidos para benefício quer dos segurados, quer dos nossos accionistas. Este risco é gerido através da implementação de uma política de crédito que contém um conjunto de princípios, normas, directrizes e procedimentos para efeitos de identificação, mensuração e reporte.

A Millenniumbcp Fortis está, igualmente, exposta a risco de crédito, através dos tratados de resseguro, mas relativamente a estes, a Millenniumbcp Fortis assegura-se que os mesmos são colocados em instituições de elevada qualidade creditícia.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento repartida por “investimentos disponíveis para venda”, “investimentos ao justo valor através de resultados” e “carteira de negociação”, por tipo de activo:

[Euros]	2009	%	2008	%
Activos financeiros disponíveis para venda	5.440.472.030	100,0%	4.368.469.596	100,0%
Dívida pública	2.593.033.137	47,7%	2.399.385.232	54,9%
Obrigações	2.525.975.599	46,4%	1.551.468.831	35,5%
Acções	235.323	0,0%	738.014	0,0%
Fundos de investimento:				
Obrigações	101.315.969	1,9%	95.110.502	2,2%
Acções	3.237.640	0,1%	108.952.833	2,5%
Imobiliário	189.312.386	3,5%	187.126.817	4,3%
Alternativos	27.361.976	0,5%	25.687.367	0,6%
Activos financeiros ao justo valor	5.897.547.280		5.271.845.562	
Dívida pública	42.190.178	0,7%	3.462.184	0,1%
Obrigações	5.759.194.672	97,7%	5.198.003.400	98,6%
Acções	–	0,0%	–	0,0%
Fundos de investimento:				
Obrigações	38.648.196	0,7%	44.448.555	0,8%
Acções	41.160.116	0,7%	19.381.495	0,4%
Imobiliário	–	0,0%	245.213	0,0%
Alternativos	16.354.118	0,3%	6.304.715	0,1%
Detidos para negociação	(392.524.979)	0,0%	(422.484.475)	0,0%
Derivados de negociação	165.754.234		73.315.927	
Repo	(558.279.213)		(495.800.402)	
Total	10.945.494.331		9.217.830.683	

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Um dos objectivos da política de investimento do Grupo é mitigar o risco de crédito subjacente através da diversificação da carteira, por sector, mercado e país.

As acções detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo de sector:

Acções por sector [Euros]	Activos financeiros disponíveis para venda			
	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Instituições financeiras	168.542	71,6%	174.194	23,6%
Comunicações	64.521	27,4%	68.008	9,2%
Materias primas	–	0,0%	493.552	66,9%
Consumíveis não cíclicos	2.250	1,0%	2.250	0,3%
Consumíveis cíclicos	10	0,0%	10	0,0%
	235.323	100,0%	738.014	100,0%

As obrigações detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo de sector:

Obrigações por tipo de indústria [Euros]	Activos financeiros disponíveis para venda				Activos financeiros ao justo valor			
	2009		2008		2009		2008	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	2.593.033.137	50,7%	2.399.385.232	60,7%	42.190.178	0,7%	3.462.184	0,1%
Instituições financeiras	1.853.561.731	36,2%	1.182.242.049	29,9%	4.144.700.124	71,4%	3.090.491.712	59,4%
Operações de securitização	23.733.989	0,5%	5.320.712	0,1%	80.205.987	1,4%	72.398.840	1,4%
Indústria	158.265.187	3,1%	118.498.153	3,0%	489.464.738	8,4%	751.719.043	14,5%
Sectores básicos e energéticos	159.863.320	3,1%	57.949.346	1,5%	184.916.449	3,2%	174.489.718	3,4%
Operações hipotecárias	30.154.140	0,6%	15.309.264	0,4%	11.360.514	0,2%	12.661.870	0,2%
Consumíveis não cíclicos	53.243.080	1,0%	18.871.553	0,48%	1.793.191	0,0%	50.132.535	0,96%
Consumíveis cíclicos	16.363.250	0,3%	32.415.254	0,82%	199.490.761	3,4%	374.401.217	7,20%
Comunicações	106.638.306	2,1%	39.224.911	0,99%	142.559.850	2,5%	179.814.072	3,46%
Materias primas	23.072.383	0,5%	20.002.997	0,51%	409.539.594	7,1%	406.976.462	7,82%
Diversos	69.721.543	1,4%	61.634.592	1,56%	93.943.771	1,6%	83.607.406	1,61%
Energia	31.358.670	0,6%	–	0,00%	1.219.693	0,0%	1.310.525	0,03%
	5.119.008.736	100,0%	3.950.854.063	100,0%	5.801.384.850	100,0%	5.201.465.584	100,0%

O quadro seguinte mostra a qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de todas as obrigações (com base em *ratings* externos):

Obrigações por notação de Rating (Euros)	Activos financeiros disponíveis para venda				Activos financeiros ao justo valor			
	2009		2008		2009		2008	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	1.289.030.785	25,2%	1.480.424.476	37,5%	59.002.039	1,0%	28.943.023	0,6%
AA	735.563.261	14,4%	1.136.971.691	28,8%	85.028.647	1,5%	100.394.290	1,9%
A	2.420.943.624	47,3%	1.032.639.820	26,1%	3.135.337.624	54,0%	3.031.228.246	58,3%
BBB	671.169.281	13,1%	300.818.077	7,6%	2.494.814.517	43,0%	1.989.991.671	38,3%
BB	–	0,0%	–	0,0%	–	0,0%	49.069.801	0,9%
B	2.301.785	0,0%	–	0,0%	25.673.391	0,4%	277.522	0,0%
CCC	–	0,0%	–	0,0%	1.515.834	0,0%	140.808	0,0%
Sem rating	–	0,0%	–	0,0%	12.798	0,0%	1.420.222	0,0%
Total	5.119.008.736	100,0%	3.950.854.064	100,0%	5.801.384.850	100,0%	5.201.465.583	100,0%
Dívida pública	2.593.033.137	50,7%	2.399.385.232	60,7%	42.190.178	0,7%	3.462.184	0,1%
Obrigações	2.525.975.599	49,3%	1.551.468.831	39,3%	5.759.194.672	99,3%	5.198.003.400	99,9%
Total	5.119.008.736	100,0%	3.950.854.063	100,0%	5.801.384.850	100,0%	5.201.465.584	100,0%

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pelo Grupo, podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

Fundos de investimento por zona geográfica (Euros)					
	Portugal	Luxemburgo	Ilhas Caimão	Total	%
Obrigações	9.705.244	91.610.725	–	101.315.969	31,5%
Acções	–	3.237.640	–	3.237.640	1,0%
Imobiliário	189.312.386	–	–	189.312.386	58,9%
Alternativos	2.491.713	–	24.870.263	27.361.976	8,5%
Total em 31 de Dezembro 2009	201.509.343	94.848.365	24.870.263	321.227.971	100,0%
Obrigações	9.153.273	85.957.230	–	95.110.503	22,8%
Acções	–	108.952.833	–	108.952.833	26,1%
Imobiliário	187.126.817	–	–	187.126.817	44,9%
Alternativos	2.507.680	–	23.179.686	25.687.366	6,2%
Total em 31 de Dezembro 2008	198.787.770	194.910.063	23.179.686	416.877.519	100,0%

Fundos de investimento por zona geográfica [Euros]	Justo Valor									
	Portugal	Luxemburgo	França	Irlanda	Ilhas Virgens	EUA	Alemanha	Inglaterra	Total	%
Obrigações	2.310.401	33.205.996	–	2.640.055	–	–	–	491.744	38.648.196	40,2%
Acções	173.259	28.298.176	5.463.004	6.322.148	–	684.684	–	218.845	41.160.116	42,8%
Alternativos	–	1.823.486	3.370.081	9.180.197	1.976.248	–	4.106	–	16.354.118	17,0%
Total em 31 de Dezembro 2009	2.483.660	63.327.658	8.833.085	18.142.400	1.976.248	684.684	4.106	710.589	96.162.430	100,0%
Obrigações	3.699.335	33.165.172	–	7.584.048	–	–	–	–	44.448.555	63,2%
Acções	271.258	16.520.025	–	2.590.213	–	–	–	–	19.381.496	27,5%
Imobiliário	245.213	–	–	–	–	–	–	–	245.213	0,3%
Alternativos	–	21	120.652	6.160.440	23.601	–	–	–	6.304.714	9,0%
Total em 31 de Dezembro 2008	4.215.806	49.685.218	120.652	16.334.701	23.601	–	–	–	70.379.978	100,0%

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Risco de mercado

O Risco de Mercado corresponde ao risco de perdas significativas resultantes de variações adversas do mercado, dos preços das acções, das taxas de juro, das taxas de câmbio e do valor do imobiliário. A Millenniumbcp Fortis reconhece que tal risco é inevitável, sendo consequência do tipo de negócio que explora, mas que, um determinado nível de risco de mercado é aceitável, sendo benéfico em prol dos seus segurados e accionistas.

O Risco de Mercado é dividido em dois tipos diferentes, risco de ALM e risco de *trading*, dependendo do propósito do investimento. Se o investimento for realizado com um propósito de realização de mais-valias a curto prazo está associado a risco de *trading*, qualquer investimento com propósito diferente será associado a risco de ALM.

A Millenniumbcp Fortis controla o risco ALM através de indicadores de exposição ao risco, tais como:

- (i) **Análises Cash-Flow gap**, as quais ilustram o perfil de exposição às taxas de juro ao longo do tempo e são utilizadas para quantificar e comparar a sensibilidade dos activos e passivos nos diferentes intervalos de tempo, bem como analisar o *mismatch* entre activos e passivos para as diferentes maturidades;
- (ii) **Análises de sensibilidade às taxas de juro**, que indicam quanto pode variar o valor de mercado dos activos e dos passivos por ponto base de alteração da curva de taxas de juro. São feitos testes para cenários de +/-100bp aplicados ao justo valor;
- (iii) **“Duration”**, a qual é utilizada como um indicador chave para o risco de taxa de juro: reflecte a sensibilidade a uma pequena variação paralela da curva das taxas de juro;
- (iv) **“Earnings at risk”**, que é um indicador que simula o efeito de alteração das taxas de juro nos resultados futuros;
- (v) **“Value at Risk” (VaR)**, que calcula a perda potencial gerada por variações dos preços e das taxas de juro. Para a determinação do Capital Económico, o VaR é calculado com base num horizonte temporal de um ano e num grau de confiança de 99,97%.

O Comité de Risco monitoriza, trimestralmente, o risco do capital económico do ALM (Ecap)/ indicadores de retorno e posição assim como o Capital Económico. Neste Comité é também revista a estratégia de alocação de activos das companhias seguradoras, e em particular a definição estratégica óptima de alocação de activos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco da Millenniumbcp Fortis se tornar incapaz de:

- honrar os seus compromissos financeiros para com os segurados e outros credores sem que para tal tenha que incorrer em perdas inaceitáveis;
- realizar activos para financiar os seus compromissos financeiros, como e quando eles ocorrerem, tanto em circunstâncias normais de mercado, como em situações desfavoráveis.

Ou seja, o risco resultante da Millenniumbcp Fortis, embora solvente, não dispor de recursos disponíveis para cumprir os seus compromissos quando estes ocorrem, ou para o fazer, tenha de incorrer numa perda excessiva. A gestão deste risco assenta na combinação de uma gestão de recursos e simultaneamente, na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de activos com elevado grau de liquidez.

O quadro seguinte foi preparado tendo por base tanto as disposições legais como as contratuais e, de forma a incluir as responsabilidades relativas a contratos de seguros, cuja afectação por prazo resulta da análise feita ao *run-off* das mesmas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a posição era a seguinte;

Risco de liquidez 2009 [Euros]	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	sem Maturidade	Total
Activos financeiros a taxa fixa	139.587.110	50.007.875	199.681.770	1.512.143.159	2.312.797.032	-	4.214.216.946
Activos financeiros a taxa variável	25.961.489	59.885.745	222.754.972	293.947.111	372.808.759	-	975.358.076
Outros activos financeiros	213.946.452	54.780.334	824.923.177	70.937.881	98.546.789	321.463.294	1.584.597.927
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	94.371.221	229.598.380	2.876.144.060	2.595.161.212	102.272.407	5.897.547.280
Activos financeiros	379.495.051	259.045.175	1.476.958.299	4.753.172.211	5.379.313.792	423.735.701	12.671.720.229
Activos Não Financeiros	3.944.951	7.889.903	30.711.185	150.390.594	134.327.279	315.740.469	643.004.381
Total de activos	383.440.002	266.935.078	1.507.669.484	4.903.562.805	5.513.641.071	739.476.170	13.314.724.610
Outros passivos financeiros	62.172.202	54.471.245	583.348.801	-	459.226	-	700.451.474
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	8.660.343	7.489	42.769.545	3.848.186.193	2.145.023.729	-	6.044.647.299
Passivos Financeiros	70.832.545	54.478.734	626.118.346	3.848.186.193	2.145.482.955	-	6.745.098.773
Passivos não financeiros	93.978.119	92.610.798	570.199.967	2.686.365.952	1.676.854.275	160.606.158	5.280.615.269
Total de passivos	164.810.664	147.089.532	1.196.318.313	6.534.552.145	3.822.337.230	160.606.158	12.025.714.042

Risco de liquidez 2008 [Euros]	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	sem Maturidade	Total
Activos financeiros a taxa fixa	6.210.011	3.515.013	246.904.771	1.057.270.715	1.928.018.276	-	3.241.918.786
Activos financeiros a taxa variável	33.191.567	46.596.827	109.290.237	292.100.251	276.620.690	-	757.799.572
Outros activos financeiros	536.551.466	489.021.952	49.832.023	23.771.548	82.817.431	425.858.503	1.607.852.923
Investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	377.492.584	662.603.407	2.238.254.835	1.923.114.758	70.379.978	5.271.845.562
Activos Financeiro	575.953.044	916.626.376	1.068.630.438	3.611.397.349	4.210.571.155	496.238.481	10.879.416.843
Activos não financeiros	4.268.477	8.437.299	91.317.875	125.180.030	187.723.270	315.740.469	732.667.420
Total de activos	580.221.521	925.063.675	1.159.948.313	3.736.577.379	4.398.294.425	811.978.950	11.612.084.263
Outros passivos financeiros	34.017.241	94.391.513	531.532.062	642.868	139.920	-	660.723.604
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	8.099.778	333.210.508	421.327.221	2.814.339.388	1.740.064.346	-	5.317.041.241
Passivos Financeiros	42.117.019	427.602.021	952.859.283	2.814.982.256	1.740.204.266	-	5.977.764.845
Passivos não financeiros	73.909.845	51.421.789	567.129.798	1.859.050.720	1.803.486.530	156.201.427	4.511.200.109
Total de passivos	116.026.864	479.023.810	1.519.989.081	4.674.032.976	3.543.690.796	156.201.427	10.488.964.954

Risco de câmbio

Qualquer produto financeiro é denominado numa determinada moeda, o risco de câmbio advém de possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência da Millenniumbcp Fortis, ou seja, o Euro.

A Millenniumbcp Fortis definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O balanço consolidado do Grupo tem a seguinte exposição por moeda:

Risco cambial 2009 [Euros]	EUR	USD	GBP	JPY	Total
Investimentos	11.581.607.590	16.594.788	3.322.660	2.428.820	11.603.953.858
Outros activos	1.710.770.752	-	-	-	1.710.770.752
Total de activos	13.292.378.342	16.594.788	3.322.660	2.428.820	13.314.724.610
Passivo	12.025.714.042	-	-	-	12.025.714.042
Total de passivos	12.025.714.042	-	-	-	12.025.714.042

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Risco cambial 2008 [Euros]	EUR	USD	GBP	JPY	Total
Investimentos	9.764.569.036	24.927.602	662.750	1.004.477	9.791.163.865
Outros activos	1.820.920.398	–	–	–	1.820.920.398
Total de activos	11.585.489.434	24.927.602	662.750	1.004.477	11.612.084.263
Passivo	10.488.964.954	–	–	–	10.488.964.954
Total de passivos	10.488.964.954	–	–	–	10.488.964.954

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o justo valor dos activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

[Euros]	2009	2008
Activo		
Caixa e disponibilidades	239.238.743	359.796.252
Empréstimos e contas a receber	779.587.877	646.359.569
Devedores por operações de seguro directo, resseguro e outros	48.939.751	82.097.157
Total	1.067.766.371	1.088.252.978
Passivo		
Outras responsabilidade Financeiras	576.538.419	557.478.703
Credores por operações de seguro directo, resseguro e outros	123.913.055	103.244.900
Total	700.451.474	660.723.603

c) Risco específico de seguros

Devido à natureza particular da actividade seguradora, parte do risco da subscrição é transferido do segurado para a seguradora. Enquanto que ao nível do segurado este risco pode ser aleatório e portanto imprevisível, uma das principais funções da companhia é agrupar esses riscos individuais em carteiras onde os custos com sinistros e as suas variações potenciais podem ser analisados e modelizados. As companhias de seguros definem prémios, reservas e requisitos de capital (solvência) com base na percepção dos custos médios com sinistros e de como é que estes podem variar. Analisar, monitorizar e estimar estes custos são actividades essenciais na gestão do risco de seguro. A incerteza inerente às despesas futuras e às taxas de resgate/anulação fazem também parte do risco de seguro, dado o seu potencial impacto nos sinistros e requisito de provisionamento.

O risco específico de seguros abrange todos os riscos inerentes à actividade seguradora, com excepção dos que são abrangidos no âmbito do risco de investimento ou do risco operacional. O risco específico de seguros pode ser dividido em duas classes diferentes, uma associada ao ramo vida e outra ao ramo não vida.

Nos Seguros de Vida, o risco específico de seguro surge da incerteza relacionada com as taxas de mortalidade, e é também denominado de “risco biométrico”. Os seguros de risco (temporários) e as rendas são muito sensíveis a mudanças nas taxas de mortalidade. Quando se observam decréscimos nas taxas de mortalidade relativamente aos pressupostos de *pricing*, existe risco de longevidade. Por outro lado, quando a mortalidade observada é superior à estimada, estamos na presença de risco de mortalidade. Assim, acréscimos inesperados nas taxas de mortalidade levam a custos com sinistros superiores ao estimado para os produtos de risco, mas custos inferiores para as rendas, e vice versa. Dado que o negócio Vida é um negócio de longo prazo, mudanças inesperadas nas taxas de resgate/anulação ou nas despesas podem também ter um impacto significativo.

Os seguros Não Vida, estão sujeitos ao risco de seguro através da incerteza relativa aos sinistros. Em particular, para os seguros de saúde, a incerteza dos custos está também relacionada com variações nos custos médicos. As taxas de invalidez podem também ser incluídas no risco de longevidade quando os produtos são vitalícios, como sejam, pensões de acidentes de trabalho e algumas apólices de saúde.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de factores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos activos e das responsabilidades.

O justo valor das responsabilidades é determinado como o valor actual líquido dos fluxos futuros, considerando para o efeito o valor das opções embutidas, nomeadamente a distribuição de participação nos resultados. A valorização é realizada com base em princípios de mercado, i.e., os fluxos resultantes dos contratos de seguro são descontados à taxa de juro sem risco, enquanto os fluxos adicionais, como por exemplo a participação nos resultados, são valorizados com base em princípios de risco neutros.

Vida [Euros]		
Análises de Sensibilidade	Impacto no Justo Valor em 31.12.2009	Impacto no Justo Valor em 31.12.2008
Taxas de juro sem risco +100bp	(35.601.694)	(10.634.738)
Taxas de juro sem risco -100bp	30.270.089	(798.598)
Imobiliário e acções -10%	(26.261.477)	(21.174.226)
Despesas gerais -10%	10.127.943	10.507.955
Taxas de Mortalidade -5%	12.926.643	9.784.029
Taxas de anulação/resgate -10%	27.309.715	25.879.710

Gestão do risco de seguro

A Millenniumbcp Fortis gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de *pricing*, de provisionamento e de resseguro.

O departamento de Actuariado é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e directrizes definidas a nível da Millenniumbcp Fortis. O Comité de Risco analisa e aprova regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas. De destacar ainda que a gestão do risco específico dos seguros é gerida em conjunto com outros riscos incluindo o ALM. Neste sentido, outros departamentos, como Gestão do Risco, Resseguro e Investimentos são também envolvidos no processo.

Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão do risco. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento actuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

Pricing

A Millenniumbcp Fortis tem como objectivo definir prémios que proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com os sinistros (e outros custos) e o custo do capital. Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, profit testing), como à posteriori (por exemplo, o embedded value e os rácios combinados).

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os factores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus *timings*;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objectivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências dos IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Millenniumbcp Fortis que existem activos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best-estimate*), i.e., calculadas numa base económica com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efectuada, pelos actuários responsáveis, sendo as provisões do ramo não vida anualmente certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, a Millenniumbcp Fortis celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climatéricos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão directamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria actividade do Homem. A selecção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objectivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

Algumas resseguradoras expressaram a intenção de deixar de prestar coberturas ilimitadas e deixar de cobrir riscos de terrorismo de natureza nuclear, biológica ou química. As seguradoras envolvidas, em conjunto com associações do sector, têm estado a debater possíveis soluções para este problema com os governos envolvidos. Tais soluções podem passar por coberturas limitadas ou a criação de soluções (parcialmente) patrocinadas pelos governos.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

Ramo [Euros]	Tipo de Resseguro	Límite de cobertura	Retenção líquida
Vida/Invalidez	Excedente	4.000.000	100.000
Vida (catástrofes)	Excesso de Perdas (XL)	10.000.000	300.000
Incêndio	Excedente	12.000.000	300.000
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de Perdas (XL)	350.000.000	20.000.000
Responsabilidade Civil	Excesso de Perdas (XL)	2.450.000	50.000
Engenharia	Quota Parte + Excedente	2.750.000	250.000
Acidentes Pessoais	Excedente	1.500.000	75.000
Automóvel – responsabilidade civil	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	750.000
Automóvel – cascos	Excesso de Perdas (XL)	4.250.000	750.000
Marítimo	Quota Parte	1.000.000	400.000
Transportes	Excedente	1.500.000	75.000
Acidentes Pessoais (catástrofes)	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	250.000
Acidentes de Trabalho	Excesso de Perdas (XL)	30.000.000	500.000

Risco específico de Seguro

Risco específico do ramo Não Vida

O risco de sinistros no ramo não vida é relativo à incerteza das perdas efectivas decorrentes dos ramos de multiriscos, de patrimoniais (incluindo, automóvel e responsabilidade civil geral), de acidentes pessoais e de saúde. O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um factor importante a ter em conta na constituição de provisões. Os sinistros de prazo curto, tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multiriscos, em geral são comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros de prazo longo, tais como os relativos a danos corporais, podem levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais difíceis de obter bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de prazo longo é mais difícil, obriga a um trabalho mais pormenorizado, estando as estimativas dos pagamentos futuros mais sujeitas a incerteza.

Como consequência, as provisões para sinistros dos seguros não vida são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para sinistros futuros. Em geral, a Millenniumbcp Fortis constitui provisões para sinistros por produto, cobertura e ano de acidente e toma em linha de conta as projecções futuras dos sinistros reportados não descontados e também a estimativa dos sinistros ainda não declarados. São ainda considerados os montantes das despesas com sinistros e o custo da inflação.

A provisão para riscos em curso, risco relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisões para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efectuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política do Grupo Fortis e é certificada anualmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado as políticas de subscrição e preços são revistas.

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

Triângulo de desenvolvimento das provisões para sinistros – Ramos Não Vida [Euros]						
Posição balanço no fecho do ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício	47.274.487	53.092.391	59.961.862	61.885.453	63.824.579	70.184.162
Pagamentos acumulados a:						
Um ano de desenvolvimento	17.632.206	17.898.374	21.763.715	20.603.878	26.212.709	
Dois anos de desenvolvimento	22.668.376	24.005.796	24.404.684	26.243.302		
Três anos de desenvolvimento	26.521.217	25.314.641	27.235.730			
Quatro anos de desenvolvimento	26.824.262	27.927.665				
Cinco anos de desenvolvimento	29.137.629					
Reservas reavaliadas a:						
Um ano de desenvolvimento	43.441.717	49.167.765	54.685.321	52.871.836	58.658.157	
Dois anos de desenvolvimento	45.251.801	49.234.989	51.217.276	53.022.951		
Três anos de desenvolvimento	45.530.254	46.468.256	49.511.959			
Quatro anos de desenvolvimento	42.693.805	44.801.393				
Cinco anos de desenvolvimento	41.684.126					
(In)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:						
Valor nominal	5.590.361	8.290.998	10.449.903	8.862.502	5.166.422	
Percentagem	11,8%	15,6%	17,4%	14,3%	8,1%	

Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço [Euros]			2008	2009
Provisões para sinistros no final do exercício			63.824.579	70.184.162
Provisões para sinistros a valores actualizados – Provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho			12.866.217	13.031.964
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros			2.512.387	2.038.336
Total provisões para sinistros Não Vida			79.203.183	85.254.462

Para mitigar este risco, o Grupo recorre a critérios de selecção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de perdas por tipo de cliente/sector e segmento de negócio, ajustadas pelo conhecimento ou expectativa da evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. A Millenniumbcp Fortis limita a sua exposição a grandes perdas potenciais tais como catástrofes naturais, eventos que envolvem vítimas múltiplas, incêndios catastróficos, acidentes nucleares ou sinistros de responsabilidade civil através de limites impostos nos contratos e/ou com a celebração de contratos de resseguro.

A Millenniumbcp Fortis contribui para a diversificação do negócio não vida (quer em termos de produtos quer em termos geográficos) reduzindo o risco ao nível do Grupo Fortis.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é o seguinte;

	Não Vida		Acidentes e Doença		Automóvel		Incêndio		Outros	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Rácio Sinistros	60,9%	54,7%	67,1%	62,8%	77,8%	49,5%	32,5%	31,4%	25,5%	32,0%
Rácio Despesas	23,2%	25,7%	23,9%	25,9%	23,8%	26,0%	20,4%	25,1%	20,8%	23,3%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	84,1%	80,3%	91,0%	88,7%	101,6%	75,5%	52,9%	56,4%	46,3%	55,3%

Risco de Longevidade e Mortalidade

O risco de longevidade ocorre quando um decréscimo inesperado das taxas de mortalidade conduz a aumentos de sinistros superiores aos esperados em produtos como as rendas vitalícias. O risco de longevidade é gerido através do pricing, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Quando se chega à conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e os prémios ajustados em conformidade.

O risco de mortalidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem menos do que o esperado sendo mais relevante, por exemplo, nos seguros temporários anuais renováveis. Dado o aumento contínuo da esperança de vida da população, o risco de mortalidade ao nível da carteira em vigor não é significativo nesta fase. No entanto, o risco de mortalidade pode tornar-se significativo se se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como acidentes industriais ou ataques terroristas. O risco de mortalidade é mitigado através da política de subscrição e da revisão regular das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de protecção da retenção.

Os principais pressupostos actuariais usadas no cálculo do valor das reservas matemáticas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Pensões remíveis	Pensões não remíveis
Tabela de mortalidade	TD 88/90	35% TV 88/90 65% TV 73/77
Taxa de desconto	5,25%	3,5%
Comissões de gestão	2,4%	4,0%

A análise da adequação das responsabilidades só se aplica às pensões não remíveis. Os pressupostos tomados em consideração são iguais aos referidos supra, sendo que a taxa de desconta corresponde à taxa de juro sem risco a 10 anos com um máximo de 4%.

De acordo com a actual regulamentação, as provisões para seguros de vida são calculadas de acordo com os pressupostos actuariais definidos em cada apólice, tal como ilustrado no quadro seguinte:

	Tabela de Mortalidade	Taxa Técnica
Risco	PM 60/64 ou GKM 80	3% ou 4%
Rendas*	GKF 80 ou TV 73/77	3% ou 3,5%
Produtos financeiros com participação nos resultados	PF 60/64 ou GKF 80	0%, 2%, 2,4%, 3%, 3,25% ou 3,8%

* A reserva matemática de cada apólice em vigor não poderá ser inferior ao montante calculado com base na tábua de mortalidade TV 73/77 e na taxa técnica de 3,5%, independentemente das bases técnicas utilizadas no cálculo do prémio.

Em 31 Dezembro de 2009 e de 2008, para efeitos de análise da adequação das responsabilidades, os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes do exame histórico das carteiras. Os cash flows futuros são avaliados através do modelo interno de embedded value e foram descontados com base na curva de taxas de juro sem risco.

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os pressupostos de mortalidade usados foram os seguintes:

Tabelas mortalidade	2009		2008	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Vida Risco				
Vida Activa	70% GKM95	65% GKF95	60% GKM95	50% GKF95
Credito Habitação	52,5% GKM95	55% GKF95	60% GKM95	50% GKF95
Credito Pessoal	55% GKM95	50% GKF95	60% GKM95	50% GKF95
Rendas Vitalícias	100% PERM2000C	100% PERF2000C	100% PERM2000C	100% PERF2000C
Capitalização e PPR's	40% GKM95	40% GKF95	40% GKM95	40% GKF95

Risco de Invalidez

O Risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efectivas devidas à ocorrência de taxas de invalidez superiores às esperadas e pode ser mais relevante, por exemplo, nas carteiras de seguros de saúde, acidentes pessoais, acidentes de trabalho e vida risco.

A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação são influenciadas por vários factores tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços da medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos preços, provisões e política de subscrição, sempre que tal se justifique. A Millenniumbcp Fortis também mitiga o risco de invalidez através da adopção de questionários médicos adequados e ajustados e de uma cobertura apropriada de resseguro.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio vida e não vida é a seguinte:

Linha de negócio Não vida 2009 [Euros]	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	86.378.670	1.794.048	3.633.711	91.806.429
Incêndio e outros danos	10.605.425	537.657	1.127.359	12.270.441
Automóvel				
Responsabilidade civil	8.501.925	39.899	143.286	8.685.110
Outras coberturas	4.962.402	3.012.880	1.169.196	9.144.479
Marítimo, aéreo e transportes	194.154	27.557	(68.701)	153.010
Responsabilidade civil geral	770.706	45.617	165.519	981.843
Crédito e caução	–	77	(6)	72
Protecção jurídica	–	–	(7.132)	(7.132)
Assistência	2.316.530	2.383	(1.833.846)	485.067
Diversos	122.899	9.073	(21.620)	110.352
Total não vida	113.852.712	5.469.193	4.307.766	123.629.671
Resseguro aceite	3.433.076	3.649.291	17.274	7.099.641
Total	117.285.788	9.118.484	4.325.040	130.729.312

Linha de negócio Não vida 2008 [Euros]	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – custos gestão sinistros imputados	Varição da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	72.282.825	1.255.990	3.239.208	76.778.023
Incêndio e outros danos	8.959.733	770.089	501.646	10.231.469
Automóvel				
Responsabilidade civil	8.122.269	216.983	(1.847.593)	6.491.659
Outras coberturas	3.688.090	174.966	(343.829)	3.519.228
Marítimo, aéreo e transportes	170.002	58.498	(82.429)	146.071
Responsabilidade civil geral	195.563	35.613	114.942	346.118
Crédito e caução	–	331	2	333
Protecção jurídica	–	6.624	–	6.624
Assistência	(1.338.878)	273.643	2.412.553	1.347.318
Diversos	149.879	11.292	(17.181)	143.990
Total não vida	92.229.483	2.804.029	3.977.320	99.010.832
Resseguro aceite	1.212.017	3.360.848	824.316	5.397.181
Total	93.441.500	6.164.877	4.801.637	104.408.013

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio vida e não vida é a seguinte:

Linha de negócio 2009 [Euros]	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2008	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2009 em relação a 2008	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)–(1)
Vida	34.879.834	34.705.627	6.990.321	6.816.115
Não Vida				
Acidentes e doença	44.239.895	16.791.109	24.107.371	(3.341.415)
Incêndio e outros danos	7.559.593	3.295.364	3.473.406	(790.823)
Automóvel				
Responsabilidade civil	21.626.872	4.047.950	16.244.459	(1.334.463)
Outras coberturas	1.331.058	717.827	382.365	(230.866)
Marítimo, aéreo e transportes	314.177	41.810	153.392	(118.975)
Responsabilidade civil geral	2.122.226	679.644	1.849.304	406.722
Crédito e caução	11	8	–	(3)
Protecção jurídica	243.839	–	236.708	(7.132)
Assistência	123.947	1.826.387	27.903	1.730.344
Diversos	1.641.564	24.786	1.562.824	(53.954)
Total não vida	79.203.183	27.424.885	48.037.733	(3.740.565)
Total	114.083.016	62.130.512	55.028.054	3.075.550

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Linha de negócio 2008 [Euros]	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2007	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2008 em relação a 2007	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	29.358.274	34.635.645	4.967.811	10.245.182
Não Vida				
Acidentes e doença	40.598.518	21.002.278	22.525.455	2.929.213
Incêndio e outros danos	6.389.738	1.991.177	3.567.586	(830.975)
Automóvel				
Responsabilidade civil	23.505.569	4.525.327	16.981.525	(1.998.717)
Outras coberturas	1.658.433	591.855	415.275	(651.303)
Marítimo, aéreo e transportes	399.115	61.051	226.015	(112.048)
Responsabilidade civil geral	2.007.284	95.961	1.696.274	(215.049)
Crédito e caução	10	37	–	28
Protecção jurídica	243.839	756	243.839	756
Assistência	103.357	(268.337)	26.750	(344.943)
Diversos	1.656.888	35.358	1.610.688	(10.842)
Total não vida	76.562.751	28.035.462	47.293.409	(1.233.881)
Total	105.921.025	62.671.107	52.261.220	9.011.301

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio vida e não vida é a seguinte:

Linha de negócio	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Não vida 2009 [Euros]					
Seguro directo					
Acidentes e doença	140.306.342	141.894.581	91.806.429	24.987.956	(23.169.126)
Incêndio e outros danos	38.172.932	37.619.543	12.270.441	7.641.341	(4.890.686)
Automóvel					
Responsabilidade civil	11.063.954	11.316.781	8.685.110	1.956.271	61.744
Outras coberturas	11.407.883	11.589.969	9.144.479	3.291.754	(312.721)
Marítimo, aéreo e transportes	653.448	703.576	153.010	316.625	(256.485)
Responsabilidade civil geral	2.796.222	2.350.325	981.843	445.760	(888.571)
Crédito e caução	92.945	90.319	72	39.453	(72.654)
Protecção jurídica	218.144	206.176	(7.132)	24.668	(31.076)
Assistência	2.679.583	3.026.226	485.067	463.896	(1.433.610)
Diversos	408.657	388.300	110.352	117.160	(46.030)
Total não vida	207.800.109	209.185.797	123.629.671	39.284.883	(31.039.215)
Resseguro aceite	5.700.241	5.574.483	7.099.641	10.419.447	15.180.996
Total	213.500.350	214.760.280	130.729.312	49.704.330	(15.858.219)

Linha de negócio Não vida 2008 [Euros]	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro directo					
Acidentes e doença	128.122.745	126.289.919	76.778.023	23.091.919	(21.003.577)
Incêndio e outros danos	35.247.246	35.084.716	10.231.469	8.725.172	(5.523.097)
Automóvel					
Responsabilidade civil	9.945.122	10.518.479	6.491.659	1.368.133	(1.220.369)
Outras coberturas	8.989.082	9.406.298	3.519.228	3.951.273	(1.081.707)
Marítimo, aéreo e transportes	722.754	740.018	146.071	319.452	(291.608)
Responsabilidade civil geral	1.729.315	2.026.526	346.118	344.789	(1.046.115)
Crédito e caução	85.796	56.368	333	14.827	(20.318)
Protecção jurídica	214.859	262.399	6.624	45.286	(127.246)
Assistência	2.682.846	2.738.984	1.347.318	504.872	(762.268)
Diversos	360.979	388.495	143.990	69.911	(65.976)
Total não vida	188.100.744	187.512.201	99.010.832	38.435.634	(31.142.282)
Resseguro aceite	3.633.212	3.504.632	5.397.181	10.171.366	16.399.033
Total	191.733.956	191.016.833	104.408.013	48.607.000	(14.743.249)

d) Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar n.º 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias.

A Millenniumbcp Fortis faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência, para o qual tem definido um objectivo mínimo de 150% da exigência legal.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a margem de solvência do Grupo é analisada como se segue:

Rubrica [Euros]	31 Dezembro 2009	31 Dezembro 2008
Capital	1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas Legal e de Justo valor	36.818.000	(32.998.038)
Resultados Transitados	155.404.022	127.687.774
Resultado Líquido do Exercício	96.786.172	28.427.197
Distribuição de Resultados do Exercício	–	–
Total Situação Líquida (1)	1.289.010.569	1.123.119.308
Activos Intangíveis	(515.595.527)	(544.291.656)
Perdas actuariais diferidas	(2.975.904)	(3.693.155)
Lucros Futuros Vida	28.622.768	25.159.949
Total (2)	(489.948.663)	(522.824.862)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	799.061.906	600.294.446
Margem de Solvência Exigida	330.911.419	291.509.991
Excesso / Insuficiência	468.150.487	308.784.455
Rácio Solvência	241%	206%

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 39 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela Millenniumbcp Fortis são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados, Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

No caso das acções não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não exista valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Nota 40 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

As Companhias do Grupo estão envolvidas em processos judiciais em Portugal, relacionados com acções movidas pelas Companhias e contra as mesmas, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua actividade enquanto empresas de seguros, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é remota.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2009 o total de garantias bancárias era de Euros 116.000 (2008: Euros 169.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

Compromissos

As Companhias do Grupo possuem diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efectuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

[Euros]	Até 3 meses	3–12 meses	1–5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	95.322	285.599	807.421	1.188.342

Nota 41 – Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

As demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Fortis são analisadas como segue:

Demonstração dos resultados [Euros]	2009	2008
Dividendos	16.000.000	11.850.000
Juros e outros proveitos similares	2.641.103	3.314.988
Total de proveitos	18.641.103	15.164.988
Total de custos	(393.377)	(946.005)
Resultado líquido do exercício	18.247.726	14.218.983
Balanço		

Balanço [Euros]	2009	2008
Investimentos em subsidiárias	999.953.125	999.953.125
Outros activos	90.071.693	71.390.986
Total de activos	1.090.024.818	1.071.344.111
Capitais próprios	1.089.420.220	1.071.172.494
Outros passivos	604.598	171.617
Total Capitais próprios e passivos	1.090.024.818	1.071.344.111

Nota 42 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efectivas desde 1 de Janeiro de 2009.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao anterior texto da IAS 1:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.
- Na sequência das alterações impostas por esta norma, os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “comprehensive income”.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto no Grupo foi exclusivamente ao nível da apresentação.

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2007, a IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) e são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma alterada.

IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda (“puttable instruments”) e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente, os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

O Grupo, com referência a 31 de Dezembro de 2009, não tem qualquer plano de remuneração com acções, pelo que a entrada em vigor desta norma não teve qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos financeiros: Divulgações

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2009 a IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos financeiros: Divulgações, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 7 requer informação adicional nas divulgações sobre a mensuração dos justos valores, nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria interpretação e sobre o risco de liquidez.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto no Grupo foi exclusivamente ao nível das divulgações.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começarem ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto no Grupo foi exclusivamente ao nível da apresentação.

IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 Acordos para construção de imóveis entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 - Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

O Grupo não obteve qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrentes da entrada em vigor desta interpretação.

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2008, a IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

O Grupo não obteve qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrentes da entrada em vigor desta interpretação.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008 o IASB publicou o Annual Improvement Project o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Grupo em 2009, tal como segue:

- Alteração à IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 16 - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento e subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessação do arrendamento e a data da sua alienação.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 19 - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 28 - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao goodwill e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Alteração à IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração consistiu fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 40 - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos na adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor e;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

→ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. A adopção por parte da União Europeia foi em 25 de Março de 2009. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação não se estima qualquer impacto significativo ao nível do Grupo.

IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos; e
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação não se estima qualquer impacto significativo ao nível do Grupo.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontram em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa.

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

Esta norma será adoptada prospectivamente pelo Grupo.



III Relatório e parecer do Conselho Fiscal

→ III – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2009

Senhores Accionistas,

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade o Conselho Fiscal da MILLENNIUMBCP FORTIS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., no exercício das suas competências, e após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas, individuais e consolidados, preparados pelo Conselho de Administração, que acompanham o Relatório de Gestão, relativos ao Exercício de 2009, vem apresentar o seu Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dar Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas.

No relatório e parecer agora apresentado, o Conselho Fiscal engloba os resultados da análise e verificação a que procedeu às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que traduzem a agregação da actividade anual do conjunto de empresas que compõem o universo da MILLENNIUMBCP FORTIS – Grupo Segurador, SGPS, S.A.

2. O Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade da MILLENNIUMBCP FORTIS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., através dos contactos que periodicamente manteve com o Conselho de Administração e com os Serviços, tendo sempre obtido toda a informação necessária ao desempenho das funções de fiscalização.

3. O Conselho Fiscal analisou também a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e obteve desta, igualmente, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

4. No Relatório de Gestão que elaborou, o Conselho de Administração dá conta da forma como se processou a evolução dos negócios, num contexto de fraco dinamismo e de estagnação da actividade económica em geral, e da situação da empresa, referindo com pormenor os principais acontecimentos que, no decorrer do exercício, caracterizaram o conjunto das actividades do Grupo nos ramos de seguros e da gestão de fundos de pensões, cujos movimentos lhe conferem posição de relevo no conjunto das seguradoras e a manutenção da liderança no que se refere ao segmento dos fundos de pensões.

Para o Conselho Fiscal, em síntese, tendo presente que, em 2009, o sector segurador apresentou, face ao ano anterior, um decréscimo de 5%, deve ser evidenciado:

4.1 Na perspectiva do posicionamento da Sociedade no mercado específico em que opera:

- a manutenção da sua posição de forte grupo segurador nacional, atingindo, no final de 2009, as quotas de mercado, global de 16,3% (15,8% em 2008), no ramo Vida de 20,7% (20,3% em 2008) e no ramo Não Vida de 5,0% (4,4% em 2008);
- a posição ocupada na área de fundos de pensões representa uma quota de mercado de 32,5% e um volume de activos sob gestão de 7.093 milhões de euros, superior em 2,8% ao valor do ano anterior;
- o reforço dos capitais próprios em 165,9 milhões de euros;
- a obtenção de um resultado líquido consolidado de 96,8 milhões de euros.

4.2 Em termos de produção consolidada do Grupo, e onde a evolução global do sector registou um decréscimo do volume de prémios de 5%, a MILLENNIUMBCP FORTIS – Grupo Segurador, SGPS, S.A.:

- registou um volume de prémios de seguro directo e de contratos de investimento de 2.371 milhões de euros;
- obteve, relativamente ao ano anterior, no ramo Vida um decréscimo produção de 3,4% e nos ramos Não Vida um crescimento de 10,5%, devendo salientar-se que a evolução do mercado segurador nacional registou decréscimos de 5,2% no ramo Vida e de 4,4% nos ramos Não Vida;
- alcançou uma margem técnica consolidada, antes de imputação de custos administrativos, de 231,5 milhões de euros, superior em 60% à que foi registada em 2008;
- apresentou um rácio de solvência consolidado de 241%, evidenciado um acréscimo de 36 pontos percentuais relativamente ao do ano anterior.

5. Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral da MILLENNIUMBCP FORTIS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., aprove:

- o Relatório, o Balanço e as restantes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Sociedade, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009;
- a proposta de apresentação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2010

O CONSELHO FISCAL

Joaquim Patrício da Silva – (Presidente)

José Rodrigues de Jesus – (Vogal)

António Fernando Nogueira Chaves – (Vogal)



IV Relatório do Revisor Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 13.314.724.610 euros, e um total de capital próprio de 1.289.010.568 euros, incluindo um resultado líquido de 96.786.172 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007, de 31 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados, as alterações dos seus capitais próprios e o rendimento integral, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007, de 31 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2010



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado (n.º 1011)

